

VDQ Holdings S.A.

Relatório do auditor independente sobre as
demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105
12º andar | Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas do
VDQ Holdings S.A.
Barretos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas da **VDQ Holdings S.A.** (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **VDQ Holdings S.A.** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de janeiro de 2019

|| 

Daniel Gomes Maranhão Junior

CT CRC 1SP-215.856/O-5

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

VDQ Holdings S.A

Balanços patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.227	1.336	3.808.569	3.399.206
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.385.460	673.983
Estoques	7	-	-	722.809	454.459
Ativos biológicos	8	-	-	214.317	141.706
Tributos a recuperar	9	2.142	2.133	865.657	793.494
Partes relacionadas	10	47.464	3.642	47.464	3.642
Dividendos a receber	-	-	12.822	-	-
Outros recebíveis	-	-	-	358.408	199.901
Total do ativo circulante		50.833	19.933	7.402.684	5.666.391
Ativo não circulante					
Outros recebíveis		-	-	11.514	38.362
Partes relacionadas	10	19.720	5.400	19.720	5.400
Tributos a recuperar	9	-	-	200.747	196.462
Ativos fiscais diferidos	18	-	-	95.148	173.795
Depósitos judiciais	-	-	-	21.792	22.212
Investimentos	11	19.513	136.988	-	-
Imobilizado	12	-	-	3.498.652	2.179.946
Intangível	13	-	-	725.621	616.129
Total do ativo não circulante		39.233	142.388	4.573.194	3.232.306
Total do ativo		90.066	162.321	11.975.878	8.898.697

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Balanços patrimoniais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	PASSIVO			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	126.254	60.057	2.313.724	1.457.108
Fornecedores	15	-	-	1.048.399	625.503
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	-	-	191.970	97.060
Outras contas a pagar	17	5.000	-	524.393	678.592
Total do passivo circulante		<u>131.254</u>	<u>60.057</u>	<u>4.078.486</u>	<u>2.858.263</u>
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	-	30.000	7.419.538	5.460.652
Obrigações trabalhistas e tributárias	16	-	-	51.449	17.095
Provisões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambiental	20	-	-	147.343	36.933
Outras contas a pagar	17	-	-	38.382	42.702
Passivos fiscais diferidos	18	-	-	230.306	25.710
Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>30.000</u>	<u>7.887.018</u>	<u>5.583.092</u>
Patrimônio líquido	21				
Capital social		17.367	17.367	17.367	17.367
Reservas de reavaliação		14.746	14.618	14.746	14.618
Lucros / Prejuízos acumulados		(221.466)	(144.474)	(221.466)	(144.474)
Outros resultados abrangentes		148.165	184.753	148.165	184.753
Total do patrimônio líquido atribuído aos controladores (Passivo a Descoberto)		<u>(41.188)</u>	<u>72.264</u>	<u>(41.188)</u>	<u>72.264</u>
Participação de não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.562</u>	<u>385.078</u>
Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		<u>(41.188)</u>	<u>72.264</u>	<u>10.374</u>	<u>457.342</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>90.066</u></u>	<u><u>162.321</u></u>	<u><u>11.975.878</u></u>	<u><u>8.898.697</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional líquida	22	-	-	12.103.789	9.648.670
Custo dos produtos vendidos	-	-	-	(9.866.736)	(7.763.328)
Lucro bruto		-	-	2.237.053	1.885.342
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas vendas	23	-	-	(751.237)	(608.849)
Despesas administrativas e gerais	23	(51)	(105)	(506.134)	(353.795)
Outras receitas operacionais	23	(853)	-	8.955	(13.913)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(904)	(105)	988.637	908.785
Despesas financeiras	24	(12.098)	(13.473)	(1.110.272)	(1.418.655)
Receitas financeiras	24	12.239	10.704	104.228	142.674
Variação cambial líquida	24	(3)	-	(184.460)	636.806
Receita (despesas) financeiras líquidas		138	(2.769)	(1.190.504)	(639.175)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(77.156)	51.275	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	-	-	(21.904)
Resultado antes dos impostos		(77.922)	48.401	(201.867)	247.706
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18	-	-	(44.671)	(49.403)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18	932	-	(33.979)	(6.142)
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores		(76.990)	48.401	(280.517)	192.161
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(76.990)	48.401	(76.990)	48.401
Acionistas não controladores		-	-	(203.527)	143.760
(Prejuízo) / Lucro líquido do exercício		<u>(76.990)</u>	<u>48.401</u>	<u>(280.517)</u>	<u>192.161</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Demonstrações de resultados abrangentes Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do exercício	(76.990)	48.401	(280.517)	192.161
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	1.874	15.197	(4.950)	42.560
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	1.874	15.197	(4.950)	42.560
Resultado abrangente total	<u>(75.116)</u>	<u>63.598</u>	<u>(285.467)</u>	<u>234.721</u>
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(75.116)	63.598	(75.116)	63.598
Acionistas não controladores	-	-	(210.351)	171.123
Resultado abrangente total	<u>(75.116)</u>	<u>63.598</u>	<u>(285.467)</u>	<u>234.721</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos/ Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	17.367	14.618	(144.474)	184.753	72.264	385.078	457.342
Lucro líquido do período	-	-	(76.990)	-	(76.990)	(203.527)	(280.517)
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	1.874	1.874	4.950	6.824
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	(76.990)	1.874	(75.116)	(198.577)	(273.693)
(-) Compra de ações de não controladores	-	-	-	(45.003)	(45.003)	(118.803)	(163.806)
Realização da reserva de reavaliação	-	(507)	-	507	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(8.293)	(8.293)
Variação na participação em controlada	-	635	(2)	6.034	6.667	(7.843)	(1.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>17.367</u>	<u>14.746</u>	<u>(221.466)</u>	<u>148.165</u>	<u>(41.188)</u>	<u>51.562</u>	<u>10.374</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e consolidado Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Prejuízos/ Lucros acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total patrimônio líquido atribuído aos controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17.367	20.385	(196.199)	(42.472)	(200.919)	(256.502)	(457.421)
Lucro líquido do período	-	-	48.401	-	48.401	143.760	192.161
Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	15.197	15.197	42.560	57.757
Total de resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	48.401	15.197	63.598	186.320	249.918
Aumento capital social de controlada	-	-	-	196.416	196.416	550.040	746.456
(-) Gastos com futuro aumento de capital social	-	-	-	(1.552)	(1.552)	(4.346)	(5.898)
(-) Compra de ações de não controladores	-	-	-	(11.344)	(11.344)	(31.767)	(43.111)
Realização da reserva de reavaliação	-	(1.700)	-	4.067	2.367	2.452	4.819
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(35.905)	(35.905)
Variação na participação em controlada	-	(4.067)	3.324	24.441	23.698	(25.214)	(1.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>17.367</u>	<u>14.618</u>	<u>(144.474)</u>	<u>184.753</u>	<u>72.264</u>	<u>385.078</u>	<u>457.342</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

VDQ Holdings S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2017 e 2016

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	(76.990)	48.401	(280.517)	192.161
Ajustes para conciliar o lucro / prejuízo líquido pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	-	-	145.020	80.367
Valor justo de ativos biológicos	-	-	(42.172)	8.329
Realização dos tributos diferidos - diferenças temporárias	-	-	33.979	6.142
Redução ao valor recuperável de ativo	-	-	-	21.904
Resultado de equivalência patrimonial	77.156	(51.275)	-	-
Encargos financeiros	12.114	12.694	895.559	841.340
Variação cambial não realizada	-	-	253.274	(605.487)
Provisão para riscos processuais	-	-	(1.979)	17.905
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	-	-	(460.520)	94.766
Estoques	-	-	(105.116)	(19.711)
Ativos biológicos	-	-	(30.439)	53.318
Tributos a recuperar	(9)	(65)	17.079	(45.526)
Depósitos judiciais	-	-	420	(10.951)
Fornecedores	-	-	244.529	146.690
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	(77)	80.237	(6.009)
Outras contas a pagar	5.000	-	(151.254)	(266.302)
Recebimento de dividendos	16.680	-	-	-
	33.951	9.678	598.100	508.936
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	6.824	57.757
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	33.951	9.678	604.924	566.693
Fluxo de caixa decorrente de atividade de investimento				
Aquisição de controlada menos disponibilidade na aquisição	-	-	(1.113.574)	-
Aquisição de intangível	-	-	(18.237)	(12.198)
Aquisição de imobilizado	-	-	(252.278)	(167.403)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	-	-	(1.384.089)	(179.601)
Fluxo de caixa decorrente de atividade de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	166.000	654.000	4.705.018	4.552.885
Empréstimos e financiamentos liquidados	(141.917)	(852.433)	(3.298.796)	(5.154.741)
Partes relacionadas	(58.143)	184.600	(58.143)	184.600
Recuperação de ações	-	-	(163.914)	-
Dividendos pagos	-	-	(11.433)	-
Integralização do capital em dinheiro	-	-	-	740.577
Dividendos adicionais propostos pagos	-	-	-	(48.728)
Ações em tesouraria	-	-	-	(43.112)
Variação na participação de não controladores	-	-	15.796	25.214
Caixa proveniente de atividades de financiamento	(34.060)	(13.833)	1.188.528	256.695
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	(109)	(4.155)	409.363	643.787
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	1.336	5.491	3.399.206	2.755.419
No fim do período	1.227	1.336	3.808.569	3.399.206
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	(109)	(4.155)	409.363	643.787

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais R\$ – exceto quando indicado de outro modo)

1. Informações gerais

A VDQ Holdings S.A (“Companhia”) é uma Sociedade anônima regida pelo disposto em seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), alterada pela Lei nº 11.638/07. Tem sede e foro na cidade de Barretos/SP, na Rua 28, nº 015, sala 4.

A Companhia tem por objeto social a gestão de participações societárias e administração de bens próprios.

As operações da Companhia são representadas substancialmente pela sua participação na Minerva S.A., uma companhia de capital aberto listada no nível “Novo Mercado” de governança corporativa e tem suas ações negociadas na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores de São Paulo, sob o código “Beef3”. As principais atividades dessa controlada incluem o abate e processamento de carnes; venda e exportação de carnes in natura resfriadas, congeladas, processadas; e exportação de boi vivo.

Em 31 de dezembro de 2017, o parque consolidado industrial da Minerva S.A. tinha uma capacidade diária de abate de 26.380 cabeças e de desossa de 4.596 toneladas levando em consideração as controladas brasileiras e exterior. Todas as plantas da controlada estão em conformidade com os requisitos sanitários para exportar para diversos países nos 5 Continentes.

Segue abaixo a participação nas controladas diretas e indiretas:

	31/12/2017	31/12/2016
Controlada direta		
Minerva S.A.	27,45%	26,31%
Controladas indiretas		
Minerva Industria e Comércio de Alimentos S/A	-	98,00%
Minerva Dawn Farms S/A	100,00%	100,00%
Mato Grosso Bovinos S.A.	-	100,00%
Friasa S/A	99,99%	99,99%
Minerva Overseas I	100,00%	100,00%
Minerva Overseas II	100,00%	100,00%
Minerva Middle East	100,00%	100,00%
Transminerva Ltda.	100,00%	100,00%
Minerva Log	100,00%	100,00%
Pulsa S.A.	100,00%	100,00%
Frigorífico Carrasco S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Colômbia S.A.S	100,00%	100,00%
Lytmer S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Frigomerc S/A	100,00%	100,00%
Minerva Live Cattle Export Spa	100,00%	100,00%
Minerva Foods Chile Spa	100,00%	100,00%
Cia Sul Americana de Pecuária S.A.	100,00%	100,00%
Red Cárnica S.A.S	100,00%	100,00%
Red Industrial Colombiana S.A.S	100,00%	100,00%
Minerva USA LLC	100,00%	100,00%
Intermeat - Assessoria e Comércio Ltda.	100,00%	100,00%
Minerva Comercializadora de Energia Ltda.	100,00%	100,00%
Minerva Austrália Holdings PTY Ltd	100,00%	100,00%
Pul Argentina S.A.	100,00%	100,00%
Minerva Europe Ltd	100,00%	-

1.1. Diligência e investigação da Polícia Federal Brasileira

Em 16 de maio de 2017, a Polícia Federal Brasileira iniciou uma investigação, denominada “Operação Lucas”, para verificar supostos pagamentos realizados a determinados funcionários do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins no norte do Brasil, incluindo o ex-superintendente desta agência do governo federal no Estado de Tocantins. Esta investigação menciona diversas plantas de processamento de carne e lácteos em Tocantins, incluindo a planta da Minerva S.A em Araguaína.

Desde o início da investigação, a administração da controlada Minerva S.A. vem cooperando plenamente com as autoridades investigadoras, fornecendo todas as informações solicitadas, inclusive para a “Operação Vegas”, desdobramento da “Operação Lucas”.

De acordo com as boas práticas de governança corporativa e em resposta à publicidade negativa sobre este assunto, bem como para responder às suas partes interessadas, os diretores executivos e o conselho de administração da controlada Minerva S.A., determinaram a realização de uma investigação interna sobre este assunto.

A controlada Minerva S.A., por meio do Departamento de Auditoria Interna e Compliance, realizou uma revisão dos controles internos e pagamentos em conexão com nossas operações no Estado do Tocantins e as informações relevantes detectadas foram compartilhadas com as autoridades competentes.

Além disso, a controlada Minerva S.A. contratou experiente escritório de advocacia brasileiro para avaliar de forma independente suas políticas e procedimentos relacionados aos seus processos internos e financeiros. A Administração da controlada Minerva S.A. se comprometeu a melhorar os procedimentos de conformidade interna da controlada, já existentes desde 2015, bem como a implementar procedimentos adicionais para alinhá-los com as principais práticas de governança corporativa e transparência (Programa de integridade).

Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 foi autorizada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração em 18 de janeiro de 2019.

2. Aquisições da Minerva S.A. de participações em empresas (Combinação de negócios)

JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A.

Em 31 de julho 2017, a controlada adquiriu da JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A. (em conjunto, denominadas “companhias adquiridas”), respectivamente pelas controladas indiretas da Companhia: Pul Argentina S.A., Frigomerc S.A. e Pulsa S.A. Referidas aquisições foram firmadas através de um documento denominado “SPA” para aquisição de 100% do capital social das companhias adquiridas. Portanto, a partir de 31 de julho de 2017, a controlada Minerva S.A., através de das citadas controladas, passou a deter o controle das referidas companhias adquiridas. As companhias adquiridas atuam no mesmo *core business* da controlada Minerva S.A. Além disso, a JBS Argentina S.A. conta com duas plantas industriais de produtos processados, tendo como referência produtos da marca “Swift”.

A compra foi concretizada pelo valor total US\$ 322.699.737 (equivalente a R\$ 1.010.082 em 31 de julho de 2017), dos quais US\$ 302.699.737 (equivalente a R\$ 947.480 em 31 de julho de 2017) foram pagos em dinheiro e US\$ 20.000 mil (equivalente a R\$ 62.602 em 31 de julho de 2017) permanecerão retidos para compensação de contingências:

Companhias adquiridas	Preço de aquisição	Parcela paga	Parcela retida
JBS Argentina S.A.	US\$ 182.699.737	US\$ 172.699.737	US\$ 10.000.000
JBS Paraguay S.A.	US\$ 105.000.000	US\$ 98.000.000	US\$ 7.000.000
Frigorífico Canelones S.A.	US\$ 35.000.000	US\$ 32.000.000	US\$ 3.000.000
Total	US\$ 322.699.737	US\$ 302.699.737	US\$ 20.000.000

Os valores dos ganhos de R\$ 172.246 e R\$ 26.949 provenientes de compras vantajosas, foram registrados na demonstração de resultados, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, das controladas indiretas PUL Argentina S.A. e PULSA S.A., respectivamente, na data da aquisição, conforme CPC 15 (R1). Estes valores foram provenientes principalmente do registro do valor justo do ativo imobilizado, nas duas unidades, e do ativo intangível, somente na PUL Argentina.

3. Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação as normas IFRS e as normas do CPC)

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que também é a moeda funcional de Companhia.

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4. Resumo das principais políticas contábeis

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros e ativos biológicos, os quais são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da controladora.

c) Operações no exterior

As controladas indiretas no exterior adotaram as seguintes moedas funcionais para as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2017:

- **Moeda Guarani (Paraguai-PY)** – Friasa S.A. e Frigomerc S.A.;
- **Moeda Dólar Norte Americano (US\$)** – Pulsa S.A., Frigorífico Carasco S.A., Lytmer S.A.; Minerva Overseas I, Minerva Overseas II, Minerva Meat USA, Minerva USA LLC e Minerva Luxembourg;
- **Moeda Libra Esterlina (GBP)** – Minerva Europe Ltd;
- **Peso/Chileno** – Minerva Foods Chile SPA e Minerva Live Cattle Export SPA;
- **Peso/Colombiano** – Minerva Colômbia S.A.S., Red Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S.;
- **Moeda Dólar Australiano** – Minerva Australia Holdings PTY Ltd.;
- **Peso/Argentino** – Pul Argentina S.A.

Tais demonstrações contábeis, quando aplicável, estão adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e estão convertidas para Reais (R\$) por meio dos seguintes procedimentos:

- Os ativos e passivos monetários são convertidos utilizando a taxa de fechamento da respectiva moeda para o Real (R\$), na data dos respectivos balanços patrimoniais;
- No último balanço patrimonial levantado correspondente ao Patrimônio Líquido (PL) convertido à taxa do câmbio histórica vigente naquela época e as mutações do PL do período/exercício corrente são convertidas pelas taxas de câmbio históricas das datas em que ocorreram as transações, notando que o lucro ou prejuízo auferido é convertido e acumulado a uma taxa de câmbio média mensal histórica como indicado no tópico seguinte;
- As receitas, custos e despesas do período/exercício corrente são convertidos e acumulados a uma taxa de câmbio média mensal histórica;
- As variações dos saldos de câmbio decorrentes dos itens precedentes citados acima são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, na rubrica de “Outros resultados abrangentes” em conformidade com a equação patrimonial; a saber: Ativo menos Passivo total é igual ao valor total do PL;
- Estão eliminados os saldos de investimentos, de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as Companhias do “Grupo VDQ” que compõem as demonstrações contábeis consolidadas.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações e saldos em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional estabelecida, são convertidas pela taxa de câmbio histórica das datas de cada transação, conforme determinado pelo CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações.

Os ativos e passivos sujeitos à variação cambial estão atualizados pelas taxas das respectivas moedas vigentes no último dia útil de cada exercício ou períodos apresentados. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de “outros resultados abrangentes” e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente.

Os itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

e) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC, exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisitadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

f) Base de consolidação

Combinações de negócio

Aquisições efetuadas em 1º de janeiro de 2009 ou após essa data

Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a controlada mensurou o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não controladora na Companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos a valor justo, todos mensurados na data de aquisição.

Para cada combinação de negócios a controlada escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia e suas controladas incorrem com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

i) Controladas e controladas em conjunto

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do “Grupo”, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com empresas investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados não são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

g) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios e períodos. A receita de venda de produtos é reconhecida quando seu valor for mensurável de forma confiável e todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

h) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações contábeis de liquidez imediata. Vide Nota Explicativa nº 5 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

i) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos financeiros não derivativos

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia e suas controladas tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias.

Primeiramente os rendimentos auferidos decorrentes desses ativos são levados integralmente ao resultado do exercício. Entretanto, os ganhos e perdas decorrentes de avaliação ao valor justo destes ativos são registrados no patrimônio líquido na conta “Outros resultados abrangentes” e levados para o resultado quando da sua realização;

- **Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercados ativos, exceto: **(i)** aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; **(ii)** os classificados como disponíveis para venda; ou **(iii)** aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia e suas controladas se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores, obrigações trabalhistas e tributárias e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e as suas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações contábeis, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratados pela Companhia e suas controladas, resumem-se em contratos futuros de boi, opções sobre contratos de boi e compra a termo de moeda (Non Deliverable Forward – NDF), que visam exclusivamente minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado e a proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

Instrumentos financeiros e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que os contratos de derivativos são celebrados e são subseqüentemente, remensurados ao seu valor justo, sendo essas variações lançadas contra o resultado.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção, não adotaram por sua opção a política de contabilização pelo método do hedge accounting. Esse método de contabilização é opcional e, portanto, não é obrigatório.

j) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada incerta.

k) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, ajustados ao valor de mercado e pelas eventuais perdas, quando aplicável. Inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

l) Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. As atividades agrícolas, tais como, aumento de rebanho provenientes de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto e de cultivos de agriculturas diversas estão sujeitas a determinação dos seus valores justos baseando-se no conceito de valor a mercado *Mark to market* (MtM).

m) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação realizada em data anterior à promulgação da Lei nº 11.638/2007, vigente desde 1º de janeiro de 2008, desta forma, não se fazendo necessária à época a avaliação do custo atribuído (Deemed Cost).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis estão sendo capitalizados desde 1º de janeiro de 2009.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil líquido do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com base nas vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis média estimadas pela Administração da controlada, apoiada em estudos técnicos para o período corrente e comparativo são as seguintes:

	Consolidado
	Ao ano
Edifícios	2,28%
Máquinas e equipamentos	8,33%
Móveis e utensílios	8,15%
Veículos	10,57%
Hardware	18,13%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são atualizados e revistos a cada encerramento de exercício e, eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

O saldo da reserva de reavaliação, conforme facultado pela Lei nº 11.638/07 e mencionado na Nota Explicativa nº 22, será mantido até sua completa amortização, por depreciação integral ou alienação dos bens.

n) Arrendamento mercantil de bens do ativo imobilizado

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato ou valor justo do ativo, dos dois o menor, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação, e são depreciados pelo prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o exercício em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

o) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém são submetidos a teste anual de redução do seu valor recuperável.

Ágio decorrente de aquisição de controladas

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis consolidadas.

p) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment Test*)

Ativos financeiros

A controlada avalia anualmente se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Ativos não financeiros

A administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e se verificando que o valor contábil líquido excede o valor recuperável, imediatamente é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo, ou de uma determinada Unidade Geradora de Caixa (UCG), é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado, definidos em um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito no mínimo anualmente, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável no mínimo anualmente, individualmente ou no nível da Unidade Geradora de Caixa (UCG), conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

q) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas, e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

r) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são ajustados, quando relevante, ao seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis.

Para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia e suas controladas consideram o montante a ser descontado, as datas de realização e liquidação com base em taxas de desconto que refletem o custo do dinheiro no tempo para a Companhia e suas controladas, o que ficou em torno de uma taxa de desconto de 9,87 % ao ano, apurada com base no custo médio ponderado de capital da Companhia e suas controladas, bem como os riscos específicos relacionados aos fluxos de caixa programados para os fluxos financeiros em questão.

Os prazos de recebimentos e pagamentos de contas a receber e a pagar, advindos das atividades operacionais da Companhia e suas controladas são baixos, assim, resultam em um montante de desconto considerado irrelevante para registro e divulgação, pois o custo da geração da informação, supera o seu benefício. Para os ativos e passivos não circulantes, quando aplicáveis e relevantes, são calculados e registrados.

Os cálculos e análises são revisados trimestralmente.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício ou período corrente e diferido das controladas localizadas no Brasil são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais, diferenças por adoção de práticas contábeis (IFRS) e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

t) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **(ii)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e **(iii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, para as demandas judiciais em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

u) Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladas não possui benefícios pós-emprego, tais como, planos de contribuição e/ou benefícios definidos. Cabe destacar que, todos os benefícios e licenças remuneradas de curto prazo, assim como participações nos lucros e gratificações estão de acordo com os requerimentos do pronunciamento.

v) Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e, as controladas não detêm mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pelas controladas e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

w) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados.

x) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações entram em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

Em 2014 foi emitida, pelo IASB, a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), que substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (CPC 38 – Instrumentos Financeiros) e todas as versões anteriores da IFRS 9. A nova norma reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilidade de hedge (hedge accounting).

A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de hedge, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas.

Em 2017, a Companhia e suas controladas realizaram uma avaliação de impacto detalhado dos aspectos referentes a classificação e mensuração, redução ao valor recuperável da IFRS 9 (Para o exercício findo em 31/12/2017 a Companhia não designou estruturas de proteção para a contabilidade de hedge). Essa avaliação foi realizada com base em informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de alterações nos modelos de negócios adotados pela Companhia e suas controladas, para gestão de seus ativos ao longo dos exercícios subsequentes, quando a Companhia e suas subsidiárias passarão a adotar a IFRS 9.

A seguir apresentamos os principais tópicos avaliados no diagnóstico:

i) Classificação e mensuração

As avaliações foram realizadas por meio da verificação do modelo de negócio adotado pela Companhia e suas controladas para gestão de seus ativos financeiros em detrimento às classificações estabelecidas pela IAS 39/CPC 38. Não é esperado pela Companhia e suas controladas impactos significativos em seu balanço patrimonial ou no patrimônio líquido na aplicação dos novos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9.

Dessa forma, a Companhia e suas controladas continuarão avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros que atualmente são mantidos ao valor justo. Para os ativos mensurados ao custo amortizado, tais como contas a receber de clientes entre outros, foram avaliadas as características contratuais dos fluxos de caixa e avaliação do *Solely Payments of Principal and Interest* (SPPI).

ii) Redução ao valor recuperável

A IFRS 9 exige que a Companhia e suas controladas registrem as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda a vida, quando aplicável.

Para essa avaliação a Companhia e controladas segregou os ativos financeiros com base em suas características de risco e particularidades operacionais e implementará modelos de reconhecimento de perda de crédito esperada, considerando as diretrizes apresentadas pela IFRS 9.

A Companhia e suas controladas esperam aplicar uma abordagem simplificada e registrar perdas esperadas durante toda a vida ou para 12 meses, conforme as características dos ativos financeiros.

IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas realizou uma avaliação dos impactos potenciais do IFRS 15 e não identificou impactos relevantes em relação às práticas atualmente utilizadas. As exigências de apresentação e divulgação na IFRS 15, no entanto, são mais detalhadas do que nas IFRS em vigor.

IFRS 16 – Leases (Arrendamento mercantil)

Em meados de janeiro de 2016, o IASB aprovou esta norma, que entra em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos. A Companhia e suas controladas estão avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas demonstrações contábeis e nas suas divulgações.

y) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas compõem-se como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Caixa	-	-	5.624	1.435
Bancos conta movimento	28	141	1.078.419	961.940
Disponibilidades em moedas estrangeiras	-	-	2.194.587	1.920.720
	28	141	3.278.630	2.884.095
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional:				
Certificado Depósito Bancário (CDB)	519	624	354.988	353.077
Debêntures	-	-	91.431	81.194
Títulos de capitalização	680	571	2.698	2.071
Fundo de investimento	-	-	609	565
Outros ativos financeiros	-	-	80.213	78.204
	1.199	1.195	529.939	515.111
	1.227	1.336	3.808.569	3.399.206

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram classificadas conforme suas características e sua intenção como mensurados: **(i)** pelo valor justo por meio do resultado ou **(ii)** mantidos até o vencimento e estão demonstrados resumidamente como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	519	624	527.241	513.040
Mantidos até o vencimento	680	571	2.698	2.071
	1.199	1.195	529.939	515.111

6. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Duplicatas a receber - mercado interno	520.554	386.787
Duplicatas a receber - mercado externo	888.335	307.104
Duplicatas a receber - partes relacionadas	-	-
	1.408.889	693.891
(-) Perdas Estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(23.429)	(19.908)
	1.385.460	673.983

A seguir estão demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
A vencer:	998.528	544.624
Vencidas:		
Até 30 dias	227.699	81.278
De 31 a 60 dias	75.340	14.377
De 61 a 90 dias	57.109	2.859
De 91 a 180 dias	50.213	50.753
	1.408.889	693.891

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para o findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 está assim representada:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2015	(18.096)
Créditos provisionados	(6.319)
Créditos recuperados	1.126
Créditos baixados	1.435
Variação cambial	1.946
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(19.908)
Créditos provisionados	(8.599)
Créditos recuperados	3.572
Créditos baixados	1.720
Variação cambial	(214)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(23.429)

A controlada direta Minerva S.A. tem a sua disposição um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) para alienação de partes de seus recebíveis do mercado interno, no montante de R\$ 132.934 (em 31 de dezembro de 2016, R\$ 134.906), sem coobrigação ou direito de regresso, sendo R\$5.611 (em 31 de dezembro de 2016, R\$ 29.366) constituídos por cotas subordinadas.

O percentual de participação e o número de cotas no FIDC referem-se à garantia e limite do risco sob responsabilidade da Companhia, as quais correspondem à totalidade das cotas subordinadas integralizadas e mantidas pela Companhia junto ao FIDC.

Conforme Circular CVM nº 01/2017, para fins de apresentação de venda definitiva de recebíveis, o cedente não pode ter qualquer gerenciamento, envolvimento, ou acerto futuro com os títulos vencidos do FIDC, e conseqüentemente, exposição aos riscos advindos da mesma. Desta forma a Companhia está exposta ao risco de Default limitado as suas cotas subordinadas.

Cabe destacar que, a Companhia possui uma política de concessão de crédito bastante rigorosa, o que ocasiona baixos níveis de inadimplência, os quais são verificados pelo baixo valor de créditos provisionados, quando comparado com receitas de vendas realizadas pela Companhia e suas controladas.

A controlada não possui nenhuma garantia para os títulos em atraso.

7. Estoques

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Produtos acabados	615.005	401.976
Almoxarifados e materiais secundários	107.804	52.483
	722.809	454.459

8. Ativos biológicos

A Companhia através de suas controladas que possuem atividades pecuárias, referentes a aumento de rebanho decorrente de operações de confinamento de gado ou de gado a pasto estão sujeitas a realizar a valorização de seus ativos, a fim de se determinar o valor justo dos mesmos, baseando-se no conceito de valor a mercado *Mark to Market* (MtM), no mínimo durante os encerramentos trimestrais, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado dos períodos e exercícios.

As operações relativas aos ativos biológicos das controladas são representadas por gado bovino a pasto (extensivo) e por gado bovino de confinamento de curto prazo (intenso). A operação é realizada através da aquisição de ativos biológicos para revenda, cuja valorização a mercado é mensurada de forma confiável, em virtude da existência de mercados ativos para essa avaliação, e encontram-se representados conforme a seguir:

	Rebanho Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2015	203.353
Aumento devido a aquisições	347.390
Diminuição devido a vendas	(391.486)
(Diminuição) /Aumentos líquida devida aos nascimentos (mortes)	(596)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(16.955)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	141.706
Aumento devido a aquisições	407.683
Diminuição devido a vendas	(376.737)
(Diminuição) /Aumentos líquida devida aos nascimentos (mortes)	(1.477)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	43.142
Saldo em 31 de dezembro de 2017	214.317

Em 31 de dezembro de 2017, os animais de fazenda mantidos para venda eram compostos de 62.457 bovinos (em 31 de dezembro de 2016, 42.828), os animais mantidos em confinamento eram compostos de 20.389 (em 31 de dezembro de 2016, 9.784).

Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, as controladas não possuíam quaisquer tipos de ativos biológicos com titularidade restrita ou dados como garantia de exigibilidades, bem como não existiam quaisquer outros riscos (financeiros, compromissos e climáticos) que impactassem os ativos biológicos das controladas .

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Programa de Integração Social (PIS)	-	-	98.655	96.272
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	-	-	341.685	352.150
Reintegra	-	-	18.500	2.042
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	-	-	168.470	185.951
IRPJ e CSLL	2.142	2.133	267.335	208.516
Crédito Presumido de IPI	-	-	3	16.317
IVA	-	-	132.852	85.030
Outros tributos a recuperar	-	-	38.904	43.678
	2.142	2.133	1.066.404	989.956
Circulante	2.142	2.133	865.657	793.494
Não circulante	-	-	200.747	196.462

PIS e a COFINS

Os créditos do PIS e da COFINS são provenientes da alteração da legislação tributária, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e nº 10.833/03, que instituíram a não cumulatividade para esses tributos, gerando crédito para empresas exportadoras.

Atualmente, a Companhia através de suas controladas finalizaram a fiscalização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de grande parte dos pedidos de ressarcimento destes créditos, foram devidamente homologados pela Receita Federal do Brasil (RFB), o que vem gerando um valor significativo de restituição destes créditos no decorrer dos exercícios de 2018 e 2019.

Fundamentado em estudos realizados pela Administração da Companhia, com relação à expectativa de restituição dos referidos créditos tributários, foi procedida à segregação de parte desses créditos de ativo circulante para ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 104.905 no consolidado. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

ICMS

Os créditos de ICMS são ocasionados pelo fato das exportações da controlada Minerva S.A. atingirem valores superiores às vendas no mercado interno, gerando créditos que, depois de homologados pela Secretária da Fazenda Estadual, são utilizados para compra de insumos para produção, podendo também ser vendidos a terceiros, conforme previsto na Legislação vigente.

Do mencionado saldo credor, parte substancial encontra-se em processo de fiscalização e homologação pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, e a Administração da Companhia tem expectativa de recuperação de parte significativa desses créditos ao longo dos exercícios de 2018 e 2019. Fundamentado nos estudos realizados pela Administração da Companhia, foi segregado de ativo circulante para ativo não circulante, um percentual considerado suficiente para representar processos mais lentos, o que totaliza o montante de R\$ 55.096 na controladora e consolidado, dos referidos créditos. As estimativas de realização dos créditos tributários da Companhia e de suas controladas são revistas trimestralmente.

Crédito presumido de IPI

Os Créditos Presumidos de IPI foram ocasionados por conta ressarcimento das contribuições para o PIS/PASEP e COFINS, previstos nas Leis nºs 9.363/96 e 10.276/01, decorrentes de aquisição de matérias-primas de bovinos proveniente de Pessoas Físicas e/ou cooperativas.

A controlada habilitou junto à Receita Federal do Brasil (RFB) para compensação/ressarcimento dos referidos créditos.

A Administração da Companhia, com base em estudos técnicos e amparada pela opinião de seus assessores fiscais, entendem que os créditos tributários de PIS, COFINS, ICMS e Crédito Presumido de IPI, registrados no ativo não circulante, devem se realizar até o encerramento do exercício de 2020.

10. Partes relacionadas

As transações com partes relacionadas, realizadas nas condições a seguir, estão sumarizadas em tabelas demonstradas a seguir, e compreendem:

Mútuos a receber	Controladora	
	31/12/17	31/12/16
Agropecuária Imperial BT Ltda. (a)	-	3.642
Mutuca Participações Ltda. (b)	47.464	-
Outras saldos a receber (c)	19.720	5.400
	76.184	9.042
Circulante	47.464	3.642
Não circulante	19.720	5.400

- (a)** Empréstimo efetuado à Agropecuária Imperial BT Ltda. para capital de giro;
- (b)** Empréstimo efetuado à Mutuca Participações Ltda. para capital de giro;
- (c)** Empréstimo de mútuos efetuados a pessoas físicas.

A Companhia, no entendimento da plena integração das suas operações com suas controladas, realiza transações de repasse de caixa, como parte do plano de negócios do Grupo, buscando sempre minimizar o custo de suas captações.

Os demais saldos e transações com partes relacionadas encontram-se apresentados a seguir:

Contas a pagar - Fornecedores	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Aquisição de outras partes relacionadas	24.236	3.616
	24.236	3.616

Compras de bovinos:	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Aquisição de outras partes relacionadas (a)	142.359	95.941
Aquisição de outras partes relacionadas	142.359	95.941

(a) Saldo a pagar a outras partes relacionadas, refere-se à aquisição de bovinos com empresas pertencentes a acionistas da Companhia, realizadas com base em preços e prazo em condições de mercado realizados com partes não relacionadas.

A Companhia através de suas controladas mantém transações comerciais entre si, principalmente de operações de compras e vendas mercantis e empréstimos de mutuo, de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados em contratação com bases comutativas e de mercado, como se a contratação ocorresse com uma parte não relacionada à Companhia.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram registradas quaisquer perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia VDQ Holdings S.A, é avalista de operações financeiras de sua controlada Minerva S.A., no qual incorreu em receita financeira no montante de R\$ 12.227 conforme apresentado em Nota Explicativa 24.

11. Investimentos

A movimentação dos investimentos em controladas está demonstrada a seguir:

Participação Percentual	Saldo em 31/12/16	Dividendos	Ajuste de avaliação patrimonial	Incorporação de Controladas	Integralização de capital	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/17
Minerva S.A.	27,46%	136.988	(3.858)	(36.461)	-	(77.156)	19.513
Investimentos Líquidos		136.988	(3.858)	(36.461)	-	(77.156)	19.513

A VDQ Holdings S.A possui acordo de acionista com a Salic (UK) Limited que vence em 2031, no qual garante à VDQ Holdings S.A, indicar 05 conselheiros e o presidente do conselho da administração num total 10, caso ela mantenha no mínimo 20% do capital da empresa. por meio do qual da o direito de controle da Minerva S.A..

Sumário das demonstrações contábeis das controladas em 31 de dezembro de 2017:

	Participação percentual	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido
Minerva S.A. - Consolidado	27,46%	7.351.851	4.553.474	3.947.230	7.887.018	71.077
Total		7.351.851	4.553.474	3.947.230	7.887.018	71.077

A seguir, apresentamos o resultado da controlada para os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	31/12/17		31/12/16	
	Receita líquida	Prejuízo do exercício	Receita líquida	Lucro do exercício
Minerva S.A. - Consolidado	12.103.789	(280.683)	9.648.670	195.035

12. Imobilizado

a) Composição do imobilizado em 31/12/2017 e 31/12/2016:

Consolidado				31/12/17	31/12/1616
Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2,28%	1.787.367	(200.799)	1.586.568	931.701
Máquinas e equipamentos	8,33%	1.631.733	(329.192)	1.302.541	732.304
Móveis e utensílios	8,53%	18.722	(8.997)	9.725	6.759
Veículos	10,75%	24.977	(12.598)	12.379	10.558
Hardware	17,70%	15.855	(9.548)	6.307	7.108
Terrenos		275.735	-	275.735	105.404
Reflorestamento		3.192	(350)	2.842	2.986
Imobilizações em andamento		324.073	-	324.073	404.644
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(21.518)	-	(21.518)	(21.518)
		4.060.136	(561.484)	3.498.652	2.179.946

b) Movimentação sumária do imobilizado no período de 01/01/2017 a 31/12/2017:

Consolidado	Edifícios	Móveis e Máq. e equipam.	utensílios	Veículos	Hardware	Terrenos	Reflorest.	Obras em andam.	Provisão p/ redução ao valor Recup. de ativos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2016	931.701	732.304	6.759	10.558	7.108	105.404	2.986	404.644	(21.518)	2.179.946
Adições	14.372	19.138	13	525	610	1.954	-	196.134	-	232.746
Incorporação/Aquisição	270.515	214.818	4.538	547	18	42.380	-	18.985	-	551.801
Transferências	130.276	147.288	1.311	1.047	445	7.302	206	(287.875)	-	-
Alienações	(2)	(1.327)	(60)	(586)	(1)	(1)	-	(32)	-	(2.009)
Depreciação	(34.086)	(99.247)	(3.180)	(3.917)	(1.760)	-	(350)	-	-	(142.540)
Ajuste de conversão	12.075	8.214	60	106	43	258	-	739	-	21.495
Outros	261.717	281.353	284	4.099	(156)	118.438	-	(8.522)	-	657.213
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.586.568	1.302.541	9.725	12.379	6.307	275.735	2.842	324.073	(21.518)	3.498.652

c) Obras e instalações em andamento

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos de obras e instalações em andamento referem-se aos seguintes principais projetos: Expansão na planta da Minerva Dawn Farms; Investimento na reabertura da planta de Mirassol D'Oeste; Ampliação e expansão na planta da controlada Red Cárnica (COL) e Estruturação e expansão dos Centros de Distribuição.

d) Provisão para o valor recuperável de ativos

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade de seus ativos. Neste sentido, desde 2013 a planta industrial de Goianésia (GO), por questões estratégicas, encontra-se subutilizada. Desta forma, a análise do valor da planta por geração de caixa foi prejudicada, neste sentido optou-se pela avaliação do valor de venda líquido das despesas de vendas. Com base em avaliação realizada por empresa independente, foi identificado que a referida planta possui um valor superior ao seu valor de realização por venda de R\$ 34.175, sendo R\$ 21.518 de imobilizado e R\$ 12.657 por expectativa por rentabilidade futura, o qual originou o registro de provisão para o valor recuperável.

e) Valores oferecidos em garantia

Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$151.738 (R\$ 187.521 em 31 de dezembro de 2016).

13. Intangível

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Ágio pago em aquisições	612.107	605.752
Direito de uso de Aeronave	1.793	1.793
Cessão de Servidão de passagem	250	250
Marcas e patentes	91.420	-
Software	20.051	8.334
	725.621	616.129

A movimentação no intangível durante o período findo em 31 de dezembro de 2017 encontra-se demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	Ágio pago em aquisições	Direito de uso de Aeronave	Cessão de Servidão de passagem	Marcas	Softwares adquiridos	Total
Saldo 31 de dezembro de 2016	605.752	1.793	250		8.334	616.129
Aquisição	-	-	-	-	13.670	13.670
Incorporação / Aquisição de empresas	5.205	-	-	93.423	631	99.259
Amortização (impairment)	-	-	-	(1.033)	(1.447)	(2.480)
Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	(1.169)	(1.169)
Ajuste de conversão	1.150	-	-	(970)	32	212
Saldo 31 de dezembro de 2017	612.107	1.793	250	91.420	20.051	725.621

As controladas registram a amortização de seus softwares, únicos ativos intangíveis amortizáveis, de acordo com o período determinado contratualmente pela “licença de uso”, quando adquirido de terceiros ou, pelo prazo de utilização estimado pela Companhia, para os softwares desenvolvidos internamente. Em 31 de dezembro 2017 e 31 de dezembro de 2016, as taxas médias de amortização eram de 19,2% e 19,7%, respectivamente.

Ágio por expectativa de rentabilidade futura

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Minerva Dawn Farms (MDF) - (i)	166.487	166.487
Brascasing Industria e Comércio Ltda. - (ii)	74.596	74.596
Pulsa S/A - (iii)	61.643	61.643
Frigomerc (iv)	62.126	62.126
Frigorífico Carrasco S.A. (v)	47.773	47.773
Mato Grosso Bovinos S/A (vi)	174.278	174.278
Outros (vii)	25.204	18.849
	612.107	605.752

- (i) Em atendimento aos preceitos definidos na Deliberação CVM nº 580/09 – CPC 15 (R1), a Companhia revisou os cálculos dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos por ocasião do registro a valor justo da aquisição de mais 30% das ações representativas do capital social da controlada Minerva Dawn Farms (MDF), que se enquadrou como uma “combinação de negócios em estágios”, verificando a necessidade de segregação da mais valia (ágio) apurado no registro inicial (provisório) a valor justo da participação da Companhia na referida operação, no valor total de R\$188.391 (R\$ 188.391 em 31 de dezembro de 2012), segregando entre ágio por expectativa de rentabilidade futura – R\$ 98.714, lista de clientes – R\$ 87.733 e mais valia de ativos de R\$ 1.944, em atendimento aos demais pronunciamentos, instruções e orientações do CPC. Conforme descrito anteriormente, durante o 4º trimestre de 2012, a Companhia adquiriu a participação residual de 20% das ações da MDF que eram detidas pela Dawn Farms, passando a deter 100% do controle da MDF. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 21.904;
- (ii) Em dezembro de 2011, a controlada Minerva S.A. adquiriu 5% das quotas do capital social da controlada em conjunto, até a data da referida transação, Brascasing Comercial Ltda., passando a deter 55% das quotas representativas do capital social da referida empresa, e conseqüentemente o seu controle. Por se tratar de uma operação enquadrada como uma “combinação de negócios em estágio”, a controlada Minerva S.A. registrou sua participação e a participação dos não controladores, pelo seu valor justo, o que ocasionou o registro de uma mais valia (ágio por expectativa de rentabilidade futura) de R\$ 93.185. Após a aquisição integral da Empresa, o ágio passou para R\$ 98.094. Em 31 de dezembro 2015, realizou uma provisão para o valor recuperável no montante de R\$ 23.498, decorrente ao excesso de produção/oferta, com a redução do consumo mundial, principalmente desaquecimento pela China e a queda no preço do petróleo, impactando diretamente mercados como da Rússia, um dos principais mercados para seu negócio;
- (iii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada Minerva S.A. adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Pulsa S/A, ocorrida em 22 de março de 2011, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 61.643;

- (iv) Durante o 4º trimestre de 2012, a controlada Minerva S.A. adquiriu 100% das ações da Frigomerc S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 58.380. Em 16 de março de 2013 foi elaborado o aditamento ao contrato de compra e venda da Frigomerc S/A, que estabeleceu um complemento a título de Capital de Giro de R\$ 3.746 (USD 1.830 mil), totalizando em 31 de dezembro de 2012 R\$ 62.126;
- (v) Durante o período findo em 30 de junho de 2014, a controlada Minerva S.A. adquiriu 100% das ações com direito a voto do Frigorífico Matadero Carrasco S.A. (Frigorífico Carrasco S.A.), ocorrida em 30 de abril de 2014, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 34.700. Conforme cláusulas do contrato de aquisição foi realizado um acréscimo de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 13.073, totalizando um montante de R\$ 47.773;
- (vi) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Minerva S.A. incorporou 100% das ações com direito a voto da Mato Grosso Bovinos S.A, através da troca de 29 milhões de ações ordinárias emitidas pela Companhia (BEEF3), ocorrida em 01 de outubro de 2014 através da realização da Assembleia Geral Extraordinária (AGEs) das duas companhias, que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 174.278;
- (vii) Durante o 2º trimestre de 2013, a controlada Minerva S.A. adquiriu o restante dos 8% das ações da Friasa S/A, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (goodwill) no montante de R\$ 7.233, totalizando em 30 de junho de 2013 R\$ 9.298. Durante 1º trimestre de 2016, a controlada Minerva S.A. adquiriu 100% do capital social da controlada Intermeat Assessoria e Comércio Ltda., ocorrido em 05 de fevereiro de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 217 mil. Durante o 2º trimestre de 2016, através de sua controlada Minerva Australia Holdings Pty Ltd adquiriu 100% do capital social de sua controlada indireta IMTP Pty Ltd, ocorrido em 22 de julho de 2016, o que ocasionou um registro de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) no montante de R\$ 10.061 (R\$10.241 em 31 de dezembro de 2017). Em 31 de julho de 2017, a controlada Frigomerc S.A. adquiriu 100% das ações ordinárias da empresa JBS Paraguay S.A., o que ocasionou um registro de ágio por expectativa futura (goodwill) no montante de R\$ 5.205 (R\$5.448 em 31 de dezembro de 2017).

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS), anualmente a Companhia e suas controladas avaliam a recuperabilidade de seus ativos. Como resultado do teste de impairment, em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas perdas para as unidades geradoras de caixa (UGC) da Companhia e de suas controladas.

A controlada utilizou o método do valor em uso para realização do teste de impairment. Para todas as UGCs foram considerados 5 anos de projeção, sem crescimento na perpetuidade, além de terem sido observados os orçamentos financeiros preparados pela Administração para o início de projeção dos fluxos de caixa (2018). A taxa de desconto aplicada foi de 9,6% (10,4% em 2016).

Em exercícios anteriores, a controlada reconheceu perdas por impairment para algumas UGCs. Neste sentido, a planta industrial de Goianésia (GO), empresa anteriormente denominada como “Lord Meat”, por questões estratégicas, encontra-se sub utilizada e registrou perda por impairment, conforme Nota Explicativa nº 13. Em 31 de dezembro de 2016, a controlada registrou provisão para perda por impairment para a UGC MFF, no valor de R\$ 21.904.

14. Empréstimos e financiamentos

Modalidades	Encargos Financeiros Incidentes	Controladora		Consolidado	
		31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Debêntures 4ª emissão (1)	CDI + 1,75% a.a.	-	-	-	300.950
Debêntures 5ª emissão (1)	105.50% do CDI	-	-	349.884	-
BNDES (1/2/3)	TJLP + Spread	-	-	18.659	31.053
FINEP (7)	TJLP + Spread	-	-	3.919	11.770
Arrendamento Mercantil (3)	TJLP + 3,5% a.a.	-	-	683	1.659
Cédula de Crédito Bancário (1/2/3/5)	Taxa 10,5% a.a.	-	-	31.846	544
Cédula de Crédito Bancário (1/2/3/5)	TJLP + 1,15% a.a.	126.254	90.057	126.254	123.811
NCE (1/5)	CDI + spread	-	-	1.285.941	554.427
Progeren (1)	TJLP + 3,9% a.a.	-	-	-	-
IFC (2/4/6)	CDI + spread	-	-	96.631	115.779
FIDC	CDI + spread	-	-	-	29.366
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos	CDI + spread	-	-	3.254	2.319
		126.254	90.057	1.917.071	1.171.678
Moeda Estrangeira (Dólar Americano)					
ACCs (5)	Juros de 2,53% a 3,65% a.a.+ Variação cambial	-	-	617.356	297.101
NCE (5)	Juros de 4,42% a.a.+ Variação cambial	-	-	241.592	268.711
Senior Unsecured Notes - (5)	Variação Cambial + Juros	-	-	5.742.396	4.004.241
Notas perpétuas (5)	Variação Cambial + Juros de 8,75% a.a.	-	-	1.009.352	990.872
PPE (1)	Juros de 2,4% o ano + Libor	-	-	66.741	29.734
Operação 4131 (5/8)	Variação Cambial + Juros	-	-	149.379	188.971
Outras Modalidades (5/8)	Variação Cambial + Juros	-	-	274.350	160.076
Instrumentos Financeiros de proteção - Derivativos		-	-	(284.975)	(193.624)
		-	-	7.816.191	5.746.082
Total dos empréstimos		126.254	90.057	9.733.262	6.917.760
Circulante		126.254	60.057	2.313.724	1.457.108
Não circulante		-	30.000	7.419.538	5.460.652

A Companhia ofereceu as seguintes garantias aos empréstimos captados:

1. Aval/Fiança da Companhia e/ou aval dos acionistas da Companhia;
2. Hipoteca;
3. Alienação de equipamentos;
4. Notas promissórias avalizadas pelas controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc;
5. Fiança ou Aval da VDQ Holdings S.A.
6. Fiança da controladas Minerva Alimentos, Pulsa e Frigomerc garantindo a Companhia;
7. Fiança bancária;
8. STLC (Stand by letter of Credit).

As parcelas de empréstimos e financiamentos de longo prazo (consolidadas) possuem a seguinte composição, por ano de vencimento, em 31 de dezembro de 2017:

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2028	Perpétuo	Total
ACC	67.006	-	-	-	-	-	-	-	-	-	67.006
Arrendamento	18	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18
BNDES	8.927	744	-	-	-	-	-	-	-	-	9.671
CCB	38.311	38.311	5.108	5.108	5.108	5.108	-	-	-	-	97.054
Debêntures	-	344.179	-	-	-	-	-	-	-	-	344.179
IFC	17.215	17.215	17.215	17.215	8.607	-	-	-	-	-	77.467
NCE	394.477	43.714	-	-	-	-	-	-	-	-	438.191
Pré Embarque	33.080	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.080
Senior Unsecured	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Notes	-	-	-	-	154.293	-	-	3.991.530	1.505.131	-	5.650.954
Notas perpétuas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	987.884	987.884
Instrumentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Financeiros de	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
proteção - Derivativos	20.699	-	-	-	-	(152.305)	(154.360)	-	-	-	(285.966)
	579.733	444.163	22.323	22.323	168.008	(147.197)	(154.360)	3.991.530	1.505.131	987.884	7.419.538

A seguir detalhamos os principais empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2017, bem como destacamos que a mesma cumpriu naquela data com todas as cláusulas contratuais restritivas (covenants) a seguir evidenciadas em cada modalidade de empréstimos e financiamentos:

International Finance Corporation (IFC)

Em setembro de 2013, o IFC e a controladora Minerva S.A. celebraram um contrato de financiamento com prazo de 10 anos, no montante de R\$ 137.718, desembolsado em 24 de outubro de 2013. O saldo da dívida em 31 de dezembro de 2017 é de R\$96.631, cujo, os juros são calculados através do CDI + Spread, pagos semestralmente. A dívida vence em 15 de abril de 2023.

Notes/títulos de dívida no exterior

A controlada Minerva S.A., por meio de suas subsidiárias, Minerva Overseas Ltd. e Minerva Overseas Ltd II, emitiram títulos de dívida no exterior no montante de US\$ 200.000 mil e US\$ 250.000 mil, respectivamente. As Notes são garantidas pela controlada Minerva S.A. e vencem em 2017 e 2019, respectivamente. Adicionalmente, em fevereiro de 2012, a controlada Minerva S.A. efetivou a emissão de US\$350.000 mil em "Notes" no mercado internacional, com vencimento em fevereiro de 2022, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. ("Emissora"). Ainda relativas à esta operação, a controlada Minerva S.A. concluiu em março de 2012 o Re-Tap da operação de notes com vencimento em fevereiro de 2022, no montante de US\$100.000 mil, com o mesmo vencimento em fevereiro de 2022. Em agosto de 2014, a controlada Minerva S.A. concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em janeiro de 2023, no montante de US\$ 200.000 mil, com o mesmo vencimento em janeiro 2023.

As Notes emitidas pela Minerva Overseas I e II (Bonds 2017 e 2019, respectivamente), pagam cupons semestrais a uma taxa de 9,5% e 10,875% ao ano, e as operações de Notes emitidos pela Minerva Luxembourg (Bonds 2022 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 12,25% ao ano e (Bonds 2023 e Re-Tap) pagam cupons semestrais a uma taxa de 7,75% ao ano. A controlada Minerva S.A. prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão.

As Notes (Bond 2022 e Re-Tap) e (Bond 2023 e Re-Tap) não foram registradas de acordo como U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado (“Securities Act”), e não podem ser oferecidas ou vendidas nos Estados Unidos, exceto em operações registradas de acordo com o Securities Act, ou isentas das exigências de registro.

As principais cláusulas de vencimento antecipado das Notes são: **(i)** o não cumprimento das obrigações previstas no confidential offering circular, inclusive no tocante a limitação de divisão de dividendos e alteração do controle societário, conforme mencionado no item (iv) abaixo; e **(ii)** o não pagamento de qualquer note quando estiver vencida.

As Notes e as debêntures contêm previsão da manutenção de um covenant financeiro através do qual se mede a capacidade de cobertura da dívida em relação ao EBITDA (lucro líquido antes de juros, impostos, depreciação e amortização).

O índice contratual de ambos os instrumentos indica que o nível de cobertura da dívida não pode ultrapassar 3,5 vezes o EBITDA dos últimos 12 meses. Para estes fins, considera-se: **(I)** “Dívida Líquida” – significa a soma do saldo dos empréstimos e financiamentos, desconsiderando as variações cambiais ocorridas no período desde a captação da dívida, diminuído do somatório de **(i)** disponibilidades (conforme definido abaixo) e **(ii)** “expurgos” (conforme definido a seguir); **(II)** “Disponibilidades” – significa a soma do saldo das seguintes contas do balanço patrimonial da controlada Minerva S.A.: “Caixa e equivalentes de caixa” e “Títulos e valores mobiliários”; **(III)** “Expurgos” – significa uma série de exceções, incluindo, mas não limitando à variação cambial desde a emissão do título, ou dívidas permitidas, relacionadas a transações específicas. Em resumo, essas exceções incluem refinanciamentos de dívidas existentes, diante determinadas circunstâncias e captações de divisas para diversas aplicações, algumas das quais para fins específicos, num total de US\$ 141.000 mil, além disso, todas as despesas relacionadas à variação cambial desde a emissão dos referidos títulos também é considerado para efeito de expurgo; **(IV)** “EBITDA” – significa o valor calculado pelo regime de competência ao longo dos últimos 12 (doze) meses, igual à soma das receitas líquidas, diminuídas de: **(i)** custo dos serviços prestados; **(ii)** despesas administrativas, somadas de **(a)** despesas de depreciação e amortização; **(b)** resultado financeiro líquido; **(c)** resultado com equivalência patrimonial; e **(d)** impostos diretos.

Vale ressaltar, ainda, que os covenants financeiros se referem à permissão ou não para incorrer em novas dívidas, executando-se para tanto, todas as novas dívidas referentes a refinanciamento, além de um montante pré-definido para linhas de capital de giro e investimentos. Os covenants são calculados com base nas demonstrações contábeis consolidadas.

No processo de emissão das referidas Notes (2022 e Re-Tap), a controlada Minerva S.A. incorreu em custos de transação de R\$ 25.735, àquela data, tais custos foram capitalizados em conta redutora do passivo dessas Notes e os mesmos estão sendo amortizado pro rata temporis a partir da data de emissão até o seu vencimento em 2022.

Em 13 de fevereiro de 2013, a controlada Minerva S.A. concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) por subsidiárias da Companhia, com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados: US\$ 10.685 mil (R\$ 21.017, àquela data) do montante principal das Notas 2017, equivalente a aproximadamente 32% das Notas 2017 em circulação, US\$ 317.976 mil (R\$ 625.459, àquela data) o montante principal das Notas 2019, equivalente a aproximadamente 85% das Notas 2019 em circulação e US\$ 320.137 mil (R\$ 629.709, àquela data) do montante principal das Notas 2022, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2022 em circulação.

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 147.064 mil, que são amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2023.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2023 (sobre as quais incidirão juros de 7,75% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da controlada Minerva S.A.. A aceitação de mais de 75% dos detentores do total das Notas com vencimentos previstos para 2017, 2019 e 2022 no processo de recompra demonstra que a controlada Minerva S.A. tem obtido resultados bem-sucedidos na implementação de sua estratégia.

Em 30 de dezembro de 2015, a controlada Minerva S.A. concluiu o processo de cancelamento das Notas que foram recompradas a mercado desde o segundo semestre de 2013, estando registrados na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, quanto na rubrica empréstimos e financiamentos. As Notas canceladas tinham vencimentos previstos para 2019, 2022 e 2023. Foram canceladas: US\$ 6.533 do montante principal das Notas 2019 (R\$ 25.510, àquela data), US\$ 24.355 do montante principal das Notas 2022 (R\$ 95.101, àquela data) e US\$ 181.985 do montante principal das Notas 2023 (R\$ 710.615, àquela data), totalizando um montante de US\$ 212.873 (R\$ 831.226, àquela data).

Em 20 de setembro de 2016, a controlada Minerva S.A. concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) pela sua subsidiária Minerva Luxemburgo S.A, com vencimentos previstos para 2023. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 617.874 (R\$ 2.010.562, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 71% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2026 (sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da controlada Minerva S.A..

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$ 40.143 mil e também ocorreram custos de transação no valor de US\$28.859, totalizando um custo total de US\$ 69.002, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2026.

Em 10 de fevereiro de 2017, a controlada Minerva S.A. exerceu a opção de compra antecipada de seus títulos de dívida que incide juros anuais de 12,250% e com vencimento previsto para 2022 (Notas 2022). O valor total desta dívida era de US\$ 105.508 (R\$ 328.710, àquela data), o preço pago foi de 106.125 do valor de face, acrescidos dos juros acruados até a presente data.

Em junho de 2017, a controlada Minerva S.A. concluiu o Re-Tap da operação de notes com vencimento em setembro de 2026, no montante de US\$ 350.000 mil, sobre as quais incidirão juros de 6,50% ao ano (Notas 2026).

Em 19 de dezembro de 2017, a controlada Minerva S.A. concluiu a “oferta de recompra de títulos” representativos de dívida emitidos no exterior (Bonds) pela sua subsidiária Minerva Luxemburgo S.A, com vencimentos previstos para 2023. Por meio da “oferta de recompra antecipada” foram recomprados US\$ 198.042 (R\$ 605.103, àquela data) do montante principal das Notas 2023, equivalente a aproximadamente 79% das Notas 2023 em circulação.

A oferta de recompra antecipada dos títulos de dívida foi realizada utilizando-se os recursos obtidos com a emissão das Notas 2028 (sobre as quais incidirão juros de 5,875% ao ano) e faz parte de uma estratégia clara de gestão de passivos, que visa o constante melhoramento no custo de dívida da controlada Minerva S.A..

Parte desta oferta consistiu no pagamento de prêmio aos detentores dos títulos, embutido e implícito na operação e nas relações propostas de troca, no valor de US\$9.209 e também ocorreram custos de transação no valor de US\$ 20.271, totalizando um custo total de US\$ 29.480, que serão amortizados na conta despesas financeiras durante o prazo vigente das referidas Notas 2028. O passivo relacionado aos Notes, em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações contábeis consolidadas, é de R\$ 5.742.396 (R\$ 4.004.241 em 31 de dezembro de 2016).

Notas perpétuas

- i) No dia 27 de março de 2014, a controlada Minerva S.A. concluiu a emissão de notas perpétuas no mercado internacional no montante de US\$ 300.000 mil, com pagamentos semestrais a uma taxa de 8,75% ao ano, por meio de sua subsidiária integral Minerva Luxembourg S.A. A emissão das notas teve como objetivo alongar o prazo médio de vencimento da dívida da Companhia e melhorar a estrutura de capital, através da utilização de um instrumento diferenciado de captação, diversificando ainda mais a base de investidores. A liquidação da operação ocorreu no dia 3 de abril de 2014. A controlada Minerva S.A. prestará garantia de todas as obrigações da Emissora, no âmbito da referida emissão. O passivo relacionado das notas perpétuas, em 31 de dezembro de 2017, nas demonstrações contábeis consolidadas é de R\$ 1.009.352 (R\$ 990.872 em 31 de dezembro de 2016). Essas Notas possuem o mesmo covenants financeiro dos Notes.

Grau de subordinação

Em 31 de dezembro de 2017, 1,58% da dívida total da Companhia e suas controladas eram garantidas por garantias reais (2,75% em 31 de dezembro de 2016).

ii) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As Notes também possuem cláusulas que limitam à controlada Minerva S.A. (i) a novos endividamentos caso a relação Dívida Líquida/EBITDA seja maior que 3.75/1.00 e 3.50/1.00, respectivamente; (ii) a distribuição de dividendos, nesse sentido, a controlada Minerva se compromete a não fazer e a não permitir que suas subsidiárias realizem o pagamento de qualquer distribuição de dividendos ou façam qualquer distribuição de seus juros sobre capital investido mantidos por outros que não o de suas subsidiárias (exceto (a) dividendos ou distribuições pagos em interesses qualificados do Minerva; e (b) dividendos ou distribuições devidos por uma subsidiária, em uma base pro rata ou base mais favorável ao Minerva, (iii) a alteração do controle societário; e (iv) a alienação de ativos, a qual só poderá ser realizada mediante a observância dos requisitos estabelecidos, entre eles no caso de venda de ativos é necessário que o valor da venda seja o valor de mercado.

A CCB emitida em favor do BNDES contém previsão de vencimento antecipado do instrumento no caso de haver a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da controlada Minerva S.A., ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos de dispositivo que importe em: (i) restrições à capacidade de crescimento da controlada Minerva S.A. ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da cédula de crédito bancário.

5º Emissão de debêntures não conversíveis

Em 02 de outubro de 2017, a controlada Minerva S.A. realizou uma oferta de debêntures não conversíveis em ações no montante de R\$ 350.487, com vencimento em 02 de outubro de 2020. As Debêntures foram vinculadas aos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), objeto da 2ª Série da 1ª Emissão da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC), distribuídos por meio de oferta, nos termos da Instrução CVM 400. O montante total do principal é de R\$ 350.487 e sua remuneração corresponde à variação acumulada (taxa efetiva) de 105,5% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI). Os recursos foram destinados a financiar suas atividades de produção agropecuária e de industrialização e comercialização de carnes. No processo de emissão das referidas debêntures, a controlada Minerva S.A. incorreu em custos de transação no montante de R\$ 6.806, que será amortizado integralmente até o exercício de 2020, contabilizados nas suas demonstrações contábeis como redução do próprio passivo, a serem amortizados pelo período de vigência destas debêntures. Em 31 de dezembro de 2017, o montante é de R\$ 349.884.

15. Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Nacionais	969.190	585.548
Estrangeiros	79.209	39.955
Total	1.048.399	625.503

Fornecedores por idade de vencimento:

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
A vencer:	951.554	552.588
Vencidas:		
Até 30 dias	62.336	42.160
De 31 a 60 dias	8.627	3.543
De 61 a 90 dias	8.006	851
De 91 a 180 dias	17.876	26.361
Total	1.048.399	625.503

16. Obrigações trabalhistas e tributárias

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Trabalhistas		
Salários e pró-labore	9.144	4.154
Encargos sociais - FGTS e INSS (empregados e terceiros)	28.320	15.109
Provisão de férias/13º e encargos	70.543	39.686
Outros proventos e encargos	4.397	3.108
Total - Trabalhistas	112.404	62.057
Tributárias		
ICMS a recolher	15.021	5.510
Parcelamentos federais	45.368	-
Parcelamentos estaduais	28.300	19.972
IRPJ	9.613	5.310
Contribuição Social sobre Lucro	194	1.464
IVA a recolher	5.158	7.313
Funrural a recolher	8.123	-
Outros tributos e taxas	19.238	12.529
Total - tributárias	131.015	52.098
Total geral	243.419	114.155
Circulante	191.970	97.060
Não circulante	51.449	17.095

Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, prevê o benefício para a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, denominado Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

Ao aderir ao programa o contribuinte se compromete a pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). A adesão implica confissão irrevogável e irretroatável dos débitos indicados para compor o PERT, ficando vedado a inclusão do débito em qualquer outra forma de parcelamento posterior, exceto em pedido de reparcelamento ordinário. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo em aberto na controladora e consolidado é de R\$ 31.527 e R\$45.368, respectivamente.

A controlada Minerva S.A. aderiu a modalidade:

- I. Pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ou com outros créditos próprios relativos aos tributos administrados pela RFB; Modalidade aderida pela Minerva S.A no âmbito da RFB;
- II. Entrada de 7,5% ou de 20% do valor da dívida indicada, em até cinco meses, e pagamento do saldo devedor, a partir de janeiro de 2018, em parcela única ou em até 145 meses. No ano de 2017, o contribuinte deverá pagar uma entrada, calculada no percentual de 7,5% ou de 20% sobre o valor das inscrições indicadas, sem descontos. A entrada poderá ser dividida em até cinco meses. Para 2018, o saldo devedor do parcelamento, após a aplicação dos descontos, poderá ser pago em parcela única (art. 3º, II, 'a', da MP nº 783/2017) ou em até 145 meses (art. 3º, II, 'b', da MP nº 783/2017); (Modalidade Aderida pela Minerva no âmbito da PGFN).

17. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Adiantamentos recebidos (a)	-	-	378.710	580.496
Valor justo - swap de ações (b)	-	-	7.576	3.021
Dividendos a pagar (c)	-	-	-	35.945
Contas a pagar - aquisições (d)	-	-	72.739	12.234
Outras provisões operacionais	5.000	-	103.750	89.597
Total	5.000	-	562.775	721.293
Circulante	5.000	-	524.393	678.592
Não circulante	-	-	38.382	42.701

- (a) Valores recebidos antecipadamente de clientes;
- (b) Companhia de acordo com a política de crédito definida pela Administração;
- (c) Companhia celebrou junto ao Credit Suisse contratos de troca de resultados de fluxos financeiros futuros ("Swap") sobre a variação do preço de suas ações. Tal operação não altera o percentual de ações em circulação da Companhia e não acarretam desembolso de caixa imediato, por se tratar da valorização a valor justo da operação com realização futura;
- (d) O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado líquido do exercício após a constituição da reserva legal, de acordo com a Lei nº 6.404/76;
- (e) Valores a pagar referentes as aquisições das controladas diretas Red. Cárnica S.A.S. e Red Industrial Colombiana S.A.S. e das controladas indiretas JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A., Industria Paraguay Frigorifica S.A. e Frigorifico Canelones S.A.

18. Imposto de renda e contribuição social diferidos

18.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferido

Ativo	Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016
Prejuízos fiscais de IRPJ	144.165	181.439
Base de cálculo negativa CSLL	51.899	65.318
Diferenças temporárias ativas		
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	56.038	13.750
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	7.316	7.316
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	6.825	5.515
	266.243	273.338
Passivo		
Diferenças temporárias passivas		
Ganhos não realizados de valor justo de ativos biológicos	(26.308)	(11.779)
Combinação de negócios	(33.096)	(33.096)
Reserva de reavaliação	(25.845)	(26.796)
Mais valia em controladas	(6.424)	(6.424)
Outras exclusões temporárias	(309.728)	(47.158)
	(401.401)	(125.253)
Total de impostos diferidos	(135.158)	148.085
Total do ativo	95.148	173.795
Total do passivo	(230.306)	(25.710)
	(135.158)	148.085

18.2. Créditos tributários sobre prejuízos fiscais

A seguir, apresentamos a movimentação dos créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:

	Controladora e consolidado			
	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Reconhecidos no resultado	Realização dos tributos diferidos	Saldo em 31 de dezembro de 2017
IR/CS Diferido sobre Prejuízo fiscal	246.757	-	(50.693)	196.064
Total ativos fiscais diferidos	246.757	-	(50.693)	196.064

A controlada Minerva S.A. aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que tem por objeto a quitação de débitos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) inscritos em Dívida Ativa da União até a data de adesão ao programa, de natureza tributária ou não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017. Uma das formas escolhida pela Companhia foi o pagamento à vista e em espécie de, no mínimo, 20% do valor da dívida consolidada, sem redução, em 5 parcelas mensais e sucessivas vencíveis de agosto a dezembro de 2017, e a liquidação do restante com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no valor de R\$50.693.

O ativo fiscal diferido proveniente de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social foram reconhecidos para o período de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2016 na controladora. O montante acumulado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 196.064. A decisão da Administração da Companhia e de suas controladas para registro dos referidos ativos fiscais diferidos, sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, baseou-se no plano de negócio e nas projeções orçamentárias e financeiras internas e elaboradas por consultores independentes as quais são objeto, no mínimo anualmente, de revisão.

As projeções dessas realizações apresentaram as seguintes expectativas de realização de referidos tributos (IR e CSLL) diferidos ativos:

	31/12/17 Consolidado
2018	11.597
2019	15.384
2020	19.091
2021	22.631
2022 em diante	127.361
	196.064

(*) A controlada Minerva S.A. tem expectativa de realizar as diferenças temporárias de IR/CS em no máximo 10 anos.

Destacamos que tais estudos técnicos que embasaram a decisão pelo registro ou manutenção do ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, foram devidamente revisados e aprovados em Reuniões do Conselho de Administração.

Os efeitos da movimentação dos impostos diferidos no resultado dos exercícios são como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Adições temporárias				
Provisões diversas	-	-	25.238	39.386
Valor justo do ativo biológico	-	-	579.483	648.223
Exclusões temporárias				
Provisões diversas	-	-	(8.159)	(72.686)
Depreciação - diferenças de bases	-	-	(37.312)	-
Valor justo do ativo biológico	-	-	(622.214)	(639.894)
Base de cálculo tributos diferidos	-	-	(62.324)	(24.971)
IR/CS diferidos - diferença temporária	-	-	(21.530)	(8.490)
Realização do IR/CS diferidos - diferença temporária	-	-	(13.381)	230
IR/CS diferido sobre prejuízo fiscal	932	-	932	2.118
IR/CS diferidos total	932	-	(33.979)	(6.142)

A seguir, apresentamos a movimentação dos passivos fiscais diferidos, relativos as diferenças temporárias como segue:

	Saldo em 1º de janeiro de 2017	Reconhecidos no resultado	Realização dos tributos diferidos	Incorporação/ aquisição de empresas	Ajuste de conversão	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Tributos sobre reserva de reavaliação	26.796	-	(951)	-	-	25.845
Tributos s/ ajuste de ativos biológicos	11.778	211.553	(197.024)	-	-	26.307
Depreciação - diferenças de bases	-	12.686	-	-	-	12.686
Tributos s/ mais valia em controlada	48.532	-	-	-	-	48.532
Outros tributos diferidos	11.566	16.277	(108.546)	210.330	(12.691)	116.936
Reclassificação para apresentação do saldo líquido	(72.962)	-	-	-	-	-
Total passivos fiscais diferidos	25.710	240.516	(306.521)	210.330	(12.691)	230.306

A controlada Minerva S.A., com base em orçamento, plano de negócios e projeção orçamentária, estima que os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias, sejam realizados até o exercício findo em 2021.

a) Corrente - a pagar

O imposto de renda e a contribuição social são calculados e registrados com base no resultado tributável, incluindo os incentivos fiscais que são reconhecidos à medida do pagamento dos tributos e considerando as alíquotas previstas pela legislação tributária vigente.

b) Reconciliação dos saldos e das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

O saldo provisionado e o resultado dos tributos incidentes sobre o lucro estão compostos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Resultado antes dos impostos	(77.922)	48.401	(279.023)	298.891
Adições				
Diferenças temporárias	-	-	13.172	50.065
Diferenças permanentes	77.157	-	816.551	285.504
Realização de diferenças temporárias	-	-	-	(1.664)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	3.429
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	-	1.143.793	1.984.520
Exclusões				
Diferenças temporárias	-	-	(9.648)	(9.159)
Diferenças permanentes	-	(51.275)	(558.136)	(473.494)
Efeitos da adoção inicial de IFRS	-	-	(1.289.232)	(1.961.303)
Base de cálculo dos tributos	(765)	(2.874)	(162.523)	176.879
Base de cálculo após prejuízo a compensar	(765)	(2.874)	(162.523)	129.991
Tributos sobre o lucro	-	-	-	-
Imposto de renda a pagar	-	-	(34.081)	(35.797)
CSLL a pagar	-	-	(10.590)	(13.606)
Despesa de IRPJ e CSLL corrente	-	-	(44.671)	(49.403)

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, em conformidade com a legislação vigente, leia-se Lei nº 12.973/2014.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Com base em estudos e projeções efetuados para os exercícios seguintes e considerando os limites fixados pela legislação vigente, a expectativa da Administração da Companhia é de que os créditos tributários existentes sejam realizados no prazo máximo de 10 anos.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e contribuição social em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Portanto, recomendamos que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes dos prejuízos fiscais, base negativa e das diferenças temporárias não sejam tomadas como indicativo de lucros líquidos futuros.

19. Arrendamentos mercantis

A Companhia e suas controladas são arrendatárias em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento financeiro ou operacional.

a) Arrendamento financeiro

As operações de arrendamento financeiro (leasing financeiro) são reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado.

b) Arrendamento operacional

O arrendamento operacional (leasing operacional) permanece com o critério contábil exigido pela Lei societária vigente, ou seja, é reconhecida mensalmente a despesa incorrida com o pagamento do arrendamento. A controlada Minerva S.A. possui atualmente três contratos de arrendamento operacional, sendo duas plantas localizadas em Assunção no Paraguai através de sua controlada Frigomerc S.A. e uma planta localizada em Batayporã/MS.

O demonstrativo de arrendamento mercantil segue:

Bem arrendado	Taxa média ponderada de juros	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Montante da despesa 31/12/17	Montante da despesa 31/12/16
Planta Industrial Brasil	IPCA + 11% @ boi / IGPM	Indeterminado	2.040	1.635
Plantas Industriais Paraguai	Fixo + Variação Cambial	ago/18	4.845	6.192
			6.885	7.827

20. Provisões para riscos processuais fiscais, trabalhistas e cíveis

Sumários dos passivos contingentes contabilizados

A Companhia através de suas controladas são partes integrantes em diversas demandas judiciais que fazem parte do curso normal dos seus negócios, para as quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais e melhores estimativas de sua Administração. As principais informações desses processos encontram-se assim representadas:

Processos	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Provisões para riscos fiscais	40.004	1.890
Provisões para reclamações trabalhistas	53.393	33.547
Provisão para riscos ambientais	33.858	-
Provisões para riscos cíveis	20.088	1.496
	147.343	36.933

	Consolidado			Total
	Ações Trabalhistas	Ações cíveis e fiscais	Ações Ambientais	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.642	3.386	-	19.028
Provisões feitas durante o exercício	22.267	-	-	22.267
Provisões realizadas durante o exercício	-	-	-	-
Provisões revertidas durante o exercício	(4.362)	-	-	(4.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	33.547	3.386	-	36.933
Provisões feitas durante o exercício	5.151	-	-	5.151
Provisões por aquisição de empresas	21.900	58.562	33.122	113.584
Provisões revertidas durante o exercício	(7.273)	-	-	(7.273)
Ajustes de conversão do período	68	(1.856)	736	(1.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	53.393	60.092	33.858	147.343

Descrição dos passivos e créditos contingentes por natureza cível, fiscal, trabalhista e ambiental

Contingências cíveis e fiscais

Do total do saldo consolidado de contingências cíveis e fiscais, no montante de R\$ 60.092 (R\$ 3.386 em 31 de dezembro de 2016), o montante de R\$ 58.562, são oriundos de contingências e passivos contingentes contabilizados conforme os preceitos definidos no CPC 15 (R1), aplicáveis a transações de “combinações de negócios”, originados da transação de aquisição das operações da JBS Mercosul, na Argentina (JBS Argentina S.A.), Paraguai (JBS Paraguai S.A.) e Uruguai (Frigorífico Canelones), pelas controladas naqueles países da Minerva S.A. Como passivos contingentes cíveis e fiscais há o total de R\$ 35.154, sendo que o montante de R\$ 32.662 pertencem à antiga JBS Argentina S.A., dos quais destacam-se: (i) R\$ 16.665 referem-se à questionamento sobre a constitucionalidade do uso de alíquotas reduzidas sobre receitas brutas, cujas reduções foram aplicadas por Províncias argentinas; (ii) R\$ 5.779 são referentes à discussão tributária sobre a falta de cobrança de imposto sobre receita de exportação, nos períodos compreendidos entre 2008 e 2015; (iii) R\$ 5.249 são decorrentes do uso indevido do regime geral para apuração do imposto sobre vendas brutas nas Províncias de Córdoba e Corrientes, referente aos períodos de novembro de 2012 a maio de 2015 e outubro de 2016 a junho de 2017; o montante de R\$ 506 pertencem a antiga JBS Paraguai S.A.; e o montante de R\$ 1.986 ao antigo Frigorífico Canelones, dos quais, R\$ 1.980 se referem a reduções de imposto sobre o patrimônio das competências de 2012 a 2016, que podem ser questionadas pelo fisco.

Contingências trabalhistas

A maior parte dessas reclamações trabalhistas envolve reivindicações de horas extras, horas in itinere, adicional de insalubridade e pausa térmica. Com base no posicionamento dos advogados patrocinadores dessas demandas judiciais e experiência acumulada pela Administração em casos semelhantes, foram estabelecidas provisões para as ações trabalhistas, cuja estimativa é provável de perda, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 31.550 na controladora e R\$ 53.393 no consolidado, (R\$ 26.347 na controladora e R\$ 33.547 no consolidado, em 31 de dezembro de 2016).

Do saldo consolidado de contingências trabalhistas, no montante de R\$ 53.393, o montante de R\$ 21.900, são oriundos de riscos contingenciais contabilizados conforme os preceitos definidos no CPC 15 (R1), aplicáveis a transações de “combinações de negócios”, originados da transação de aquisição das operações da JBS Mercosul, na Argentina (JBS Argentina S.A.), Paraguai (JBS Paraguai S.A.) e Uruguai (Frigorífico Canelones), pelas controladas naqueles países da Minerva S.A. Essas contingências e passivos contingentes encontram-se distribuídos da seguinte forma entre os países: o montante de R\$ 11.999 – JBS Argentina S.A, o montante de R\$ 7.326 - JBS Paraguai S.A. e o montante de R\$ 2.576 – Frigorífico Canelones, dos quais há como passivo contingente o montante de R\$ 603 originados apenas da JBS Paraguai S.A. não existindo passivos trabalhistas contingentes nas adquiridas da Argentina (JBS Argentina S.A.) e do Uruguai (Frigorífico Canelones). Em sua maioria, tratam-se de demandas judiciais que envolvem reivindicações similares às mencionadas no parágrafo anterior.

Contingências ambientais

O saldo consolidado de contingências ambientais, no montante de R\$ 33.858, o montante de R\$ 33.122, são oriundas de riscos contingenciais contabilizados conforme os preceitos definidos no CPC 15 (R1), aplicáveis a transações de “combinações de negócios”, originados da transação de aquisição das operações da JBS Mercosul, na Argentina (JBS Argentina S.A.), Paraguai (JBS Paraguai S.A.) e Uruguai (Frigorífico Canelones), pelas controladas naqueles países da Minerva S.A. Essas contingências e passivos contingentes encontram-se distribuídos da seguinte forma entre os países: o montante de R\$ 11.432 - JBS Argentina S.A., o montante de R\$ 16.747 – JBS Paraguai S.A. e o montante de R\$ 4.942 – Frigorífico Canelones, dos quais há como passivo contingente o montante de R\$ 5.775 originados apenas da JBS Paraguai S.A. Tratam-se em sua maioria de necessidades de adequações em alguns setores das plantas industriais, visando o atendimento aos padrões técnicos exigidos por órgãos competentes em cada um dos países onde se situam as adquiridas.

Outros processos (Expectativa de perda possível)

Outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental

Em 31 de dezembro de 2017, suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza fiscal, cível e ambiental, no montante de aproximadamente de R\$ 75.672, R\$ 2.336 e R\$ 542, respectivamente, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Trabalhista e previdenciário

Em 31 de dezembro de 2017, suas controladas possuíam em andamento outros processos de natureza trabalhista (Ações Cíveis Públicas) e processos previdenciários, no montante de aproximadamente R\$ 6.550, cuja probabilidade é possível de perda, mas não provável, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

Funrural

Em março de 2003, a controlada Minerva S.A. impetrou Mandados de Segurança para suspender a exigibilidade da retenção e repasse do Funrural e SENAR. Para evitar e perder o direito de exigir as contribuições do Funrural e SENAR, o INSS emitiu várias notificações fiscais contra a Companhia até a presente data. O montante atualizado envolvido nessas notificações, cuja probabilidade é possível de perda com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, é de aproximadamente de R\$ 614.564. Tais processos envolvem um grau de incerteza significativo sobre o prognósticos futuro de determinados temas, cujas discussões estão em andamento há algum tempo nas esferas judiciais.

Multa formal

A controlada Minerva S.A. a sofreu notificação fiscal, lavrada pela Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins, por possíveis falhas nos livros de registros, relacionados às operações realizadas de janeiro de 2010 a dezembro de 2014. O montante envolvido nesta discussão, cuja a probabilidade é possível de perda é de aproximadamente R\$ 49.318.

Embarcação – Barcarena/PA

Em 06 de outubro de 2015, o navio que fazia a exportação de gado vivo a partir do Porto de Vila do Conde, em Barcarena/PA, adernou.

Ainda que a responsabilidade total pela carga seja da empresa de transporte marítimo contratada, a Companhia teve contra si autos de infração lavrados para apuração de danos ambientais, e se tornou Ré em uma Ação Civil Pública. Em 31 de dezembro de 2017, o montante envolvido nesses autos, cuja a probabilidade é possível de perda, é de aproximadamente R\$ 37.382.

21. Patrimônio Líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social está representado por 17.366.515 (idêntico em 31 de dezembro de 2016) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no montante de R\$ 17.367 (idêntico em 31 de dezembro de 2016), totalmente integralizado.

b. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal que não pode exceder 20% do capital social.

c. Destinação do resultado

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, após as deduções aplicáveis, nos termos da Lei das Companhias por Ações.

d. Reserva de reavaliação

Decorrente de efeito reflexo no cálculo da equivalência patrimonial da controlada, a qual, em consonância aos dispositivos da Lei nº 11.638 de 2007, optou por manter a reserva de reavaliação constituída até 31 de dezembro de 2007, até que ocorra sua completa realização, o que deve ocorrer por depreciação ou alienação dos bens reavaliados.

e. Ajuste de avaliação patrimonial

Nesta rubrica são registrados os efeitos atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, bem como da conversão reflexa de moeda estrangeira de investidas localizadas no exterior, além de efeitos reflexos de transações registradas no patrimônio líquido da controlada.

22. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/17	31/12/16
Receita de venda de produtos - Mercado interno	5.379.914	3.806.784
Receita de venda de produtos - Mercado externo	7.601.470	6.456.183
Deduções da receita - impostos incidentes e outros	(877.595)	(614.297)
Receita operacional líquida	12.103.789	9.648.670

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Classificados como:				
Despesas com vendas	-	-	(751.237)	(608.849)
Despesas gerais e administrativas	(51)	(105)	(506.134)	(353.795)
Outras receitas operacionais	(853)	-	8.955	(13.913)
Total	(904)	(105)	(1.248.416)	(976.557)
Despesas por natureza				
Despesas variáveis de venda	-	-	(627.007)	(490.438)
Despesas gerais administrativos e comerciais	(51)	(105)	(300.487)	(220.984)
Despesas pessoais administrativos e comerciais	-	-	(305.027)	(239.791)
Despesas com depreciação e amortização	-	-	(24.850)	(11.431)
Outras receitas e despesas operacionais	(853)	-	8.955	(13.913)
Total	(904)	(105)	(1.248.416)	(976.557)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Rendimento de aplicações financeiras	12	208	104.228	142.674
Outras receitas financeiras	12.227	10.496	-	-
	12.239	10.704	104.228	142.674
Despesas financeiras				
Juros com financiamentos	(11.278)	(12.577)	(895.149)	(844.553)
Outras despesas/receitas financeiras	(820)	(896)	(215.123)	(574.102)
	(12.098)	(13.473)	(1.110.272)	(1.418.655)
Variação cambial líquida	(3)	-	(184.460)	636.806
Resultado financeiro líquido	138	(2.769)	(1.190.504)	(639.175)

25. Lucro (prejuízo) por ação

a) Lucro (prejuízo) básico

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria:

Básico	31/12/17	31/12/16
Lucro (Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(76.990)	48.401
Quantidade de ações ordinárias emitidas – milhares	17.367	17.367
Média ponderada das ações em tesouraria	-	-
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação – milhares	17.367	17.367
(Prejuízo) Lucro básico por ação - R\$	(4,43312)	2,78695

b) Lucro (prejuízo) básico diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: debêntures mandatoriamente conversíveis:

Diluído	31/12/17	31/12/16
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	(76.990)	48.401
Quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	17.367	17.367
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro (prejuízo) diluído por ação – milhares	17.367	17.367
(Prejuízo) / Lucro diluído por ação - R\$	(4,43312)	2,78695

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

As operações da controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação às variações de taxas de câmbio e de juros, riscos de créditos e de preços na compra de gado. Em sua política de gestão de investimentos, a Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos para sua proteção contra estes fatores de risco. Adicionalmente, a Companhia também pode contratar instrumentos financeiros derivativos com objetivo de colocar em prática estratégias operacionais e financeiras definidas pela Diretoria executiva e devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de riscos de mercado é efetuado por meio da aplicação de dois modelos, a saber: cálculo do VaR (Value at Risk) e do cálculo de impactos pela aplicação de cenários de stress. No caso do VaR, a Administração utiliza duas modelagens distintas: VaR Paramétrico e VaR Simulação de Monte Carlo. Ressalta-se que o monitoramento de riscos é constante, sendo calculado pelo menos duas vezes ao dia.

Vale ressaltar que a Companhia e suas controladas não se utilizam de derivativos exóticos e não possui nenhum instrumento dessa natureza em sua carteira.

a. Política das Operações de Hedge da Tesouraria

A execução da gestão da política de hedge da Companhia é de responsabilidade da Diretoria de Tesouraria e segue as decisões tomadas pelo Comitê de Riscos, o qual é composto por membros da Diretoria Executiva da Companhia e colaboradores.

A supervisão e o monitoramento do cumprimento das diretrizes traçadas pela política de hedge são de responsabilidade da Gerência Executiva de Riscos subordinada à Presidência e ao Comitê de Riscos.

A política de hedge da Companhia é aprovada pelo seu Conselho de Administração, e leva em consideração seus dois principais fatores de risco: câmbio e boi gordo.

I. Política de hedge cambial

A política de hedge cambial visa proteger a Companhia das oscilações de moedas, dividida em dois segmentos:

i) Fluxo

As estratégias de hedge de fluxo são discutidas diariamente no Comitê de Mercados.

O hedge do fluxo tem como objetivo garantir o resultado operacional da Companhia e proteger o seu fluxo de moedas que não seja o Real, com horizonte de até um ano.

Para a realização desses hedges podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: operações de dólar futuro na BM&F, NDFs, captações em moeda estrangeira, opções e entrada de recursos em dólares.

ii) Balanço

O hedge de balanço é discutido mensalmente na reunião do conselho de administração.

A política de hedge de balanço tem como objetivo proteger a Companhia de seu endividamento em moeda estrangeira de longo prazo.

A exposição de balanço é o fluxo de dívida em dólares norte-americanos com prazo maior que um ano.

Podem ser utilizados instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como: retenção de caixa em dólares norte-americanos, recompra de bonds, NDFs, contratos futuros na BM&F, swaps e opções.

II. Política de hedge de boi

A política de hedge de boi tem como objetivo minimizar os impactos da oscilação do preço da arroba bovina no resultado da Companhia. A política se divide em dois tópicos:

i) Boi a Termo

Com o objetivo de garantir matéria-prima, principalmente para o período de entressafra bovina, a Companhia compra bois com entrega futura e utiliza a BM&F para venda de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

ii) Trava da Carne Vendida

Com o objetivo de garantir o custo da matéria-prima utilizada na produção de carne, a Companhia se utiliza da BM&F para compra de contratos futuros, minimizando o risco direcional da arroba bovina e travando a sua margem operacional obtida no ato da venda da carne.

Podem ser utilizados instrumentos de boi gordo disponíveis no mercado, como: contratos futuros de boi gordo na BM&F e opções sobre contratos futuros de boi gordo na BM&F.

Quadro demonstrativo das posições em derivativos

Os quadros demonstrativos das posições em instrumentos financeiros derivativos foram elaborados de forma a apresentar os contratados pela Companhia nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, de acordo com a sua finalidade (proteção patrimonial e outras finalidades):

Descrição	/ mil		Valor justo em R\$ mil		Efeito acumulado em R\$ mil	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	Valor a receber / (recebido)	Valor a pagar / (pago)
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	2.500	-	8.270	-	-	10.179
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	223	-	32.854	49	-	65
Milho (sacas)	-	-	-	-	-	-
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	-	-
SOJ (sacas)	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	154.000	-	510.622	-	-	197
BGI (arobas)	364	425	53.989	63.063	-	571
Milho (sacas)	-	32	-	1.128	-	-
Soja (sacas)	-	-	-	284	-	-
Contratos de Opções						
Posição titular - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	495	165	1.066	413	-	2.181
Posição titular - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	40.010	-	-	-	-	3.861
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	-	-	-	-	-	323
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	963	-
Posição lançadora - Compra	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	495	165	208	168	569	-
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	-	19
Posição lançadora - Venda	-	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-
DOL (US\$)	-	-	-	-	150	-
Outros	-	-	-	-	-	-
BGI (arobas)	-	-	-	-	-	-
DI 1 DIA (R\$)	-	-	-	-	-	-
Contratos a termo						
Posição Comprada	-	-	-	-	-	-
NDF (dólar)	-	-	-	-	604	-
Posição Vendida	-	-	-	-	-	-
NDF (boi)	-	-	-	-	-	-
NDF (ARS)	763.917	-	782.670	-	4.449	-
NDF (euro)	117.629	198.885	118.755	182.510	-	8.919
NDF (dólar)	422.007	989.829	420.778	1.033.239	-	33.880

Os valores referenciais são aqueles que representam o valor de base, ou seja, o valor de partida, contratação da operação, para cálculo das posições e do valor a mercado. Os valores justos foram calculados da seguinte forma:

- **Contratos Futuros de venda de DOL:** Os contratos futuros de dólar negociados na BM&F possuem valor de U\$ 50.000 (cinquenta mil dólares americanos) por contrato de notional e ajuste diário, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em dólar pelo dólar de referência para o contrato divulgado pela BM&F;
- **Contratos Futuros de venda BGI:** Os contratos futuros de Boi Gordo negociados na BM&F possuem valor 330 arrobas, o valor justo é calculado através do produto do “notional” em reais por arroba pelo valor de referência para o contrato divulgado pela BM&F;
- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Euro):** Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor notional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX EURO venda divulgado pelo Banco Central;

- **Contratos a Termo Posição Vendida: NDF (Dólar):** Os contratos são realizados em mercado de “balcão”, por isso não possuem padronização e ajuste diário, seu valor justo é calculado através do produto do valor nocional negociado e a taxa de mercado vigente na data, se for carregado até o vencimento será utilizada a PTAX 800, venda divulgada pelo Banco Central.

Os valores justos foram estimados na data de fechamento das demonstrações contábeis, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas.

A marcação a mercado das operações em aberto de balcão NDF, Swaps e Opções na BM&F – Bovespa está contabilizada em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 nas rubricas “NDF a receber/pagar”, “Swap” e “Opções a receber” consecutivamente:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2017 Marcação a Mercado	31/12/2016 Marcação a Mercado
Opções	858	244
Swap	(27.343)	(3.953)
NDF (EUR+DOL+BOI)	301.912	192.443
Total geral	275.427	188.734

b. Riscos de taxas de câmbio e de taxa de juros

O risco de variação cambial e de taxa de juro sobre os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras, contas a receber em moedas estrangeiras decorrentes de exportações, investimentos em moeda estrangeira e outras obrigações denominadas em moeda estrangeira são administrados podem ser administrados através da utilização de instrumentos financeiros derivativos negociados em bolsas, ou operações de balcão como swap, NDFs (Non Deliverable Forwards) e opções.

No quadro a seguir apresentamos a posição patrimonial consolidada da Companhia, especificamente relativa aos seus ativos e passivos financeiros, divididos por moeda e exposição cambial, permitindo a visualização da posição líquida de ativos e passivos por moeda, comparada com a posição líquida de instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção e administração do risco da exposição cambial:

Consolidado			
31/12/2017			
Moedas			
Nacional	Estrangeira	Total	
Ativo			
Caixa	5.624	-	5.624
Bancos conta movimento	164.906	3.108.100	3.273.006
Aplicações financeiras	449.726	80.213	529.939
Contas a receber	510.435	875.025	1.385.460
Total do circulante	1.130.691	4.063.338	5.194.029
Total ativo	1.130.691	4.063.338	5.194.029

Consolidado			
31.12.2017			
Moedas			
Nacional	Estrangeira	Total	
Passivo			
Financiamentos de curto prazo	1.285.883	1.023.596	2.309.479
Fornecedores	969.190	79.209	1.048.399
Total do circulante	2.255.073	1.102.805	3.357.878
Financiamentos de longo prazo	627.934	7.077.570	7.705.504
Total do não circulante	627.934	7.077.570	7.705.504
Total passivo	2.883.007	8.180.375	11.063.382
Dívida líquida financeira	1.752.316	4.117.037	5.869.353
Derivativos de proteção cambial - Posição Líquida	3.254	(284.975)	(281.721)
Posição cambial líquida	1.755.570	3.832.062	5.587.632

A posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos é composta da seguinte forma:

Instrumentos financeiros (líquido)	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2017	Posição ativa (passiva) líquida em 31/12/2016
Contratos futuros - DOL (Dólar)	(502.352)	-
Contratos futuros - EUR	(21.136)	-
Contratos de opções (Dólar, Boi, Milho e IDI)	858	244
Contratos de "Swaps"	(27.343)	(3.952)
NDF (dólar + EURO + boi + ARS)	(1.322.203)	(1.215.749)
Total líquido	(1.872.176)	(1.219.457)

Os ativos e passivos financeiros estão representados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 por valores aproximados aos de mercado, sendo apropriadas as respectivas receitas e despesas e estão apresentados nessas datas de acordo com a sua expectativa de realização ou liquidação.

Ressalta-se que os valores relativos aos pedidos de exportações (compromissos firmes de venda) se referem a pedidos de clientes aprovados ainda não faturados (portanto não contabilizados), mas que já estão protegidos do risco da variação de moeda estrangeira (dólar ou outra moeda estrangeira) por instrumentos financeiros derivativos.

A seguir, estão listados os contratos de NDFs possuídos pela controlada Minerva S.A e vigentes em 31 de dezembro de 2017:

Tipo	Posição	Moeda	Vencimento	Nocional
NDF	VENDA	DOL	01/02/2018	(127.200)
NDF	VENDA	EUR	01/02/2018	(30.000)
NDF	VENDA	ARS	07/02/2018	(5.000)
NDF	VENDA	ARS	22/02/2018	(11.000)
NDF	VENDA	ARS	23/02/2018	(6.000)
NDF	VENDA	ARS	01/03/2018	(20.000)
NDF	VENDA	ARS	02/01/2018	(9.500)

Riscos de créditos

A controlada Minerva S.A. é potencialmente sujeita a risco de créditos relacionados com as contas a receber de seus clientes, minimizado pela com a pulverização da carteira de clientes, dado que a Companhia não possui cliente ou grupo empresarial que represente mais que 10% do seu faturamento e pauta a concessão de créditos aos clientes com bons índices financeiros e operacionais.

c. Riscos de preços na compra de gado

O ramo de atuação da Companhia está exposto à volatilidade dos preços do gado, principal matéria-prima, cuja variação resulta de fatores fora do controle da Administração, como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas agropecuárias e outros. A Companhia, de acordo com sua política de estoque, mantém sua estratégia de gestão desse risco, atuando no controle físico, que inclui compras antecipadas, confinamento de gado e celebração de contratos de liquidação futura (balcão e bolsa), que garantam a realização de seus estoques em um determinado patamar de preços:

Mercado Balcão		Valor Justo 31/12/2017
Contrato a Termo Comprado		
Valor Nocional (@)		350.875
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)		141
Total R\$/1000		49.298
Mercado BM&F Contrato Futuro Vendido		Valor Justo 31/12/2017
Valor Nocional (@)		217.800
Preço do Contrato a Futuro (R\$/@)		148
Total R\$/1000		32.259

d. Quadro demonstrativo de sensibilidade de caixa

Os quadros demonstrativos de análise de sensibilidade têm por finalidade divulgar de forma segregada os instrumentos financeiros derivativos que, na avaliação da Companhia, têm o objetivo de proteção de exposição a riscos. Esses instrumentos financeiros são agrupados conforme o fator de risco que se propõem a proteger (risco de preço, taxa de câmbio, crédito, etc.).

Os cenários foram calculados com as seguintes premissas:

- **Movimento de alta:** caracteriza elevação nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2017;
- **Movimento de baixa:** caracteriza queda nos preços ou fatores de risco em 31 de dezembro de 2017;
- **Cenário provável:** impacto de 6%; Cenário de oscilação de 25%; e Cenário de oscilação de 50%.

Os quadros demonstrativos de sensibilidade de caixa foram elaborados em atendimento à Deliberação CVM nº 475/08, levando em consideração apenas e tão somente as posições em instrumentos financeiros derivativos e seus impactos no caixa:

Operação	Movimento	Risco	Cenário Provável Oscilação de 6%	Cenário Possível Oscilação de 25%	Cenário Remoto Oscilação de 50%
Derivativos Hedge	Alta	Boi	(1.217)	(5.069)	(10.139)
Gado	Alta	Boi	2.958	12.325	24.649
Net			1.741	7.255	14.510
Derivativos Hedge	Alta	Dólar	(56.644)	(232.038)	(462.821)
Invoices + Caixa - em \$US	Alta	Dólar	83.848	349.369	698.737
Net			27.205	117.330	235.916
Derivativos Hedge	Alta	Euro	(7.125)	(29.689)	(59.378)
Invoices - em \$EUR	Alta	Euro	14.147	58.947	117.895
Net			7.022	29.259	58.517
Derivativos Hedge	Alta	ARS	(46.960)	(195.668)	(391.335)
Invoices - em \$ARS	Alta	ARS	67.280	280.335	560.670
Net			20.320	84.667	169.335
Derivativos Hedge	Alta	Dólar	54.128	225.534	451.068
Captações em \$US	Alta	Dólar	(458.469)	(1.910.287)	(3.820.575)
Net			(404.341)	(1.684.753)	(3.369.507)
Swap de ações	Baixa	Ações	(898)	(3.743)	(7.486)
Net			(898)	(3.743)	(7.486)

- **Taxa de cambio USD 3,3080** – Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- **Taxa de cambio EUR 3,9585** – Ptax de venda (Fonte Banco Central);
- **Taxa de cambio ARS 18,635** – Ptax de venda (Fonte Bloomberg).

Resultado do quadro de proteção patrimonial:

- **Derivativos Hedge x Gado:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 1.741, já no cenário com oscilação de 25% , de R\$ 7.255 e na oscilação de 50%, um ganho de R\$ 14.510;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em US\$:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$27.205, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 117.330 e na oscilação de 50% de R\$ 235.916;

- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em EUR:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 7.022, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 29.259 e na oscilação de 50% de R\$ 58.517;
- **Derivativos Hedge x Invoices + Caixa em ARS:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$20.320, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 84.667 e na oscilação de 50% de R\$169.335;
- **Derivativos Hedge:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em um ganho de R\$ 404.341, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 1.684.753 e na oscilação de 50% de R\$ 3.369.507;
- **Swap de ações:** No cenário provável onde o movimento de mercado é de 6%, a Companhia poderia incorrer em uma perda de R\$ 898, já no cenário com oscilação de 25% de R\$ 3.486 e na oscilação de 50% de R\$ 7.486.

e. Margem de garantia

Nas operações de bolsa, há a incidência de chamada de margem de garantia, sendo que para a cobertura das chamadas de margem a Companhia utiliza títulos de renda fixa públicos e privados, como CDBs, pertencentes à sua carteira, dessa forma mitigando impactos em seu fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017, os valores depositados em margem representavam R\$ 70.100.

f. Contrato de swap de ações

Em reunião realizada em 14 de março de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração, junto ao Credit Suisse próprio Fundo de Investimento Multimercado (Credit Suisse), de contratos de troca de resultados de fluxos financeiro futuros (swaps). O montante dessa operação é de R\$ 14.971.

27. Demonstrações dos resultados abrangentes

Atendendo o disposto no CPC 26 (R1) (IAS 1) – Apresentação das demonstrações contábeis, a Companhia demonstra a seguir, a mutação dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
Resultado do período	(76.990)	48.401	(280.517)	192.161
Ajuste de avaliação patrimonial	1.874	15.197	(4.950)	42.560
Total do resultado abrangente	(75.116)	63.598	(285.467)	234.721
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	(75.116)	63.598	(75.116)	63.598
Acionistas não controladores	-	-	(210.351)	171.123
Resultado abrangente total	(75.116)	63.598	(285.467)	234.721

28. Transação não caixa – Demonstrações dos fluxos de caixa

A controlada Minerva S.A. teve as seguintes transações não caixa no exercício, referentes as incorporações das controladas Mato Grosso Bovinos S.A. e Minerva Indústria e Comércio de Alimentos S.A., que foram excluídas nos fluxos de caixa da controladora findos em 31 de dezembro de 2017:

	Mato Grosso Bovinos S.A	Minerva Ind. e Com. de Alimentos S.A.	Total
Caixa e equivalente de caixa	7.484	19.013	26.497
Contas a receber de clientes	53.265	32.855	86.120
Outros recebíveis	5.429	4.200	9.629
Depósitos judiciais	-	3.349	3.349
Tributos a recuperar	28.716	16.645	45.361
Partes relacionadas	211.097	(87.844)	123.253
Imobilizado	216.109	115.770	331.879
Intangível	101	159	260
Fornecedores	(10.924)	(2.873)	(13.797)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(70)	(155)	(225)
Tributos diferidos	(6.424)	-	(6.424)
Outras contas a pagar	(8.112)	(2.918)	(11.030)
Provisão para contingências	(4.074)	(3.612)	(7.686)
Total bruto de transações não caixa	492.597	94.589	587.186
Menos disponibilidade das controladas acima	(7.484)	(19.013)	(26.497)
Total Líquido da transação não caixa	485.113	75.576	560.689

Para as recentes operações das controladas indiretas JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A. e Frigorífico Canelones S.A., adquiridas pelas controladas Pul Argentina S.A., Frigomerc S.A. e Pulsa S.A., respectivamente, foram excluídas as transações não caixa, nos fluxos de caixa do consolidado, para o período findo em 31 de dezembro de 2017, conforme apresentamos a seguir:

	Frigomerc S.A.	PUL Argentina S.A.	Pulsa S.A.	Total
Caixa e equivalente de caixa	31.667	31.389	18.662	81.718
Contas a receber de clientes	121.787	137.162	36.820	295.769
Outros recebíveis	25.930	50.717	10.200	86.847
Tributos a recuperar	31.420	52.405	9.702	93.527
Estoques	51.895	95.288	16.051	163.234
Imobilizado	295.348	794.913	118.406	1.208.667
Intangível	397	93.404	235	94.036
Empréstimos e financiamentos	(136.633)	(98.336)	(25.478)	(260.447)
Fornecedores	(53.233)	(102.981)	(22.153)	(178.367)
Obrigações trabalhistas e tributárias	(8.037)	(27.879)	(13.111)	(49.027)
Tributos diferidos	2.736	(208.556)	211	(205.609)
Outras contas a pagar	(13.689)	(6.070)	(2.908)	(22.667)
Provisão para contingência	(26.138)	(75.504)	(10.747)	(112.389)
Total bruto de transação não caixa	323.450	735.952	135.890	1.195.292
Menos disponibilidade das controladas acima	(31.667)	(31.389)	(18.662)	(81.718)
Fluxo de caixa da aquisição				
Total líquido de transação não caixa	291.783	704.563	117.228	1.113.574

29. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As informações principais sobre a cobertura de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2017 podem ser assim demonstradas:

	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios	Incêndio e riscos diversos	812.079
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos diversos	946.750
Veículos e aeronaves	Incêndio e riscos diversos	153.878
Transportes internacionais	Incêndio e riscos diversos	66.164
Responsabilidade civil	Riscos nas operações	20.000
		1.998.871

A Companhia e suas controladas mantêm cobertura para todos os produtos transportados no País e no exterior. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores da Companhia.

A Companhia possui seguro patrimonial de edifícios para todas as fábricas e centros de distribuição.

30. Eventos subsequentes

- a) Em 1º de novembro de 2018, a Controlada Minerva S.A. (“Companhia”) lançou a oferta de recompra antecipada de títulos perpétuos representativos de dívida emitidos no exterior pela sua subsidiária Minerva Luxembourg S.A. com taxa de juros de 8,75%, títulos esses atualmente em aberto no mercado internacional;
- b) AGE Minerva S.A. (Controlada) – Em 15 de outubro de 2018, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital por subscrição privada de até R\$ 1.059 milhões, por meio da emissão de até 165 milhões de ações ao preço de R\$ 6,42. Como vantagem adicional, foram atribuídos Bônus de Subscrição de 3 (três) anos aos subscritores das ações objeto do aumento de capital. Os acionistas da Minerva S.A. (Controlada) que detinham até o final de 15/10/2018 tiveram o direito de subscrever as ações. Estes acionistas tiveram o direito de subscrever até 0,740347022 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal por cada ação ordinária de sua titularidade naquela data. Adicionalmente, na mesma Assembleia, foi aprovado o aumento do percentual previsto para a obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações da Minerva S.A. como mecanismo de proteção da dispersão de base acionária da Minerva S.A. (Controlada), a chamada “poison pill”, que era de 20% e passou a ser de 33,34%;

- c)** A Minerva S.A. (Controlada) apresentou ao mercado o anúncio dos estudos sobre a abertura do capital das unidades internacionais, a Athena Foods S.A. Após a conclusão do processo de integração entre as unidades, foi identificada a possibilidade de extrair valor das operações no Paraguai, Argentina e Uruguai, Colômbia e a distribuição no Chile e assim, foi anunciado junto aos resultados do 2ITR2018 da Minerva S.A. (Controlada) a intenção de uma oferta pública inicial a bolsa de valores de Santiago, no Chile. Esse processo está em fase avançada de desenvolvimento, no qual a conclusão dessa operação ocorra já no primeiro semestre de 2019;
- d)** A Companhia VDQ Holdings S.A. concluiu em 15 de outubro de 2018 a emissão de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, totalizando, na data da emissão, o valor de R\$ 350 milhões, com remuneração de 3,50% ao ano e vencimento em 15 de outubro 2023;
- e)** Em 20 de dezembro de 2018 foi celebrado o primeiro aditivo ao acordo de acionistas entre a Companhia VDQ Holdings S.A. e SALIC (UK) Limited.

* * *